

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MICHELLE BARCELLOS**

**ADERÊNCIA DAS EMPRESAS DO ÍNDICE BOVESPA NOS ANOS DE 2009 E  
2010, EM TERMOS DOS ITENS DE DIVULGAÇÃO EM NOTAS EXPLICATIVAS  
ESTABELECIDO NO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 04 (R1)**

**FLORIANÓPOLIS**

**2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ADERÊNCIA DAS EMPRESAS DO ÍNDICE BOVESPA NOS ANOS DE 2009 E  
2010, EM TERMOS DOS ITENS DE DIVULGAÇÃO EM NOTAS EXPLICATIVAS  
ESTABELECIDO NO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 04 (R1)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção de título de bacharel em Ciências Contábeis.

Professora Orientadora: Sandra Rolim Ensslin, Dra.  
Co-Orientador: Harley Almeida Soares da Silva

**FLORIANÓPOLIS**

**2011**

**Michelle Barcellos**

**ADERÊNCIA DAS EMPRESAS DO ÍNDICE BOVESPA NOS ANOS DE 2009 E  
2010, EM TERMOS DOS ITENS DE DIVULGAÇÃO EM NOTAS EXPLICATIVAS  
ESTABELECIDO NO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 04 (R1)**

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo(a) professor(a) orientador(a) e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 30 de novembro de 2011.

**Professora Valdirene Gasparetto, Dra.**  
Coordenadora de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

**Professora Orientadora Sandra Rolim Ensslin, Dra.**  
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

**Co-Orientador Harley Almeida Soares da Silva**  
Mestrando do PPGC/UFSC

**Professor Darci Schnorrenberger, Dr.**  
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiro à minha mãe, que foi à base de tudo pra mim, sempre incentivando meus estudos, apoiando-me nos momentos difíceis com força, confiança, amor, ensinando-me a persistir nos meus objetivos e ajudando a alcançá-los.

Ao meu namorado, Fernando, que esteve presente em todos os momentos e confiando em mim quando muitas vezes nem eu mesma acreditava. Sou grata por ter tornado mais alegres os momentos de dificuldades.

À professora Dra. Sandra Rolim Ensslin, que com paciência me orientou. Agradeço por seu apoio e inspiração no amadurecimento dos meus conhecimentos e conceitos que me levaram a execução e conclusão deste trabalho.

Ao mestrando Harley Almeida Soares da Silva, que coorientou este trabalho, muito obrigada pelo apoio, paciência e ajuda quando precisei.

Aos meus familiares e amigos, pelo convívio e pelo apoio constantes.

Por fim, agradeço aos demais professores do Curso de Ciências Contábeis da UFSC, que foram tão importantes na minha vida acadêmica.

“Se você quer realmente algo, irá até o limite de suas forças para conseguir aquilo que sonha”.

(Alf Lohne)

## RESUMO

BARCELLOS, Michelle. **Aderência das empresas do Índice Bovespa nos anos de 2009 e 2010, em termos dos itens de divulgação em Notas Explicativas estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1)**, 2011, f. 71. Monografia do Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado para convergir às normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Aquele emite os Pronunciamentos Técnicos que são aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Com isso a CVM nº 644, de 2 de fevereiro de 2010, deliberou para as companhias abertas a obrigatoriedade o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível. Portanto, este estudo tem por objetivo confrontar o Grau de Aderência ao CPC 04 (R1) das empresas que compõem o Índice Bovespa com o seu respectivo Grau de Intangibilidade. A amostra compreendeu as empresas que compõem a carteira do Índice Bovespa da BM&FBovespa, classificadas em ordem alfabética. O levantamento das empresas foi realizado no dia 09 de maio de 2011. As empresas Cosan S.A. Indústria e Comércio, Portx Operações Portuárias S.A. e CESP - Companhia Energética de São Paulo foram excluídas na amostra, totalizando 60 empresas. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e os dados foram coletados nas Notas Explicativas referentes aos anos 2009 e 2010, sendo assim uma pesquisa com dados secundários. A abordagem é qualitativa por descrever os itens mais representativos e quantitativa, porque aplicou-se testes estatísticos, tais como: média, desvio padrão, mediana, máxima, mínimo, correlação e calculará o Grau de Intangibilidade. Os resultados demonstram que: (i) as empresas não estão em conformidade com o CPC 04 (R1); (ii) o maior Grau de Aderência em 2009 foi a VIVO com 47,37% e no ano de 2010 foi a empresa CCR S.A com 55,26%, percebe-se que está bastante distante de 100%, e o item mais evidenciado foi o teste de perda de valor, por causa da obrigatoriedade a partir de 2010, retroativo a 2009; (iii) a LOJAS AMERIC se destacou nos dois anos, pois apresentou o maior Grau de Intangibilidade; e, (iv) no ano de 2009 e 2010 não existe correlação entre as variáveis. Assim, conclui-se que nenhuma empresa atingiu 100% a aderência a norma, mas no ano de 2010 as empresas começaram a divulgar itens importantes nas suas notas explicativas. E caso o Grau de Aderência venha a aumentar não quer dizer que o GI venha aumentar também.

**Palavras-chave:** Aderência a norma, Ativo Intangível, Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1)

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sentido e força da correlação em função do valor de $r$ .....	45
Figura 2: Balanço Patrimonial da empresa Klabin S.A. referente ao exercício de 31/12/2009.....	49

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Objetivo dos artigos selecionados.....	15
Quadro 2: Síntese da questão conceitual de intangíveis antes e depois da Lei 11.638/2007 .....	18
Quadro 3: Item 118 do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1).....	24
Quadro 4: Item 122 do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1).....	25
Quadro 5: Títulos, Autores e Similaridade ou Divergência com os artigos selecionados	33
Quadro 6: Código do Artigo e Título dos artigos selecionados.....	37
Quadro 7: Amostra das empresas estudadas.....	39
Quadro 8: <i>Check-list</i> das informações a serem divulgadas referente ao CPC 04 (R1)...	41
Quadro 9: <i>Check-list</i> das informações a serem divulgadas referente ao CPC 01 (R1)...	41
Quadro 10: Análise de conteúdo nas notas explicativas.....	43
Quadro 11: Observância dos itens de divulgação pelas empresas.....	44
Quadro 12: Correlação de <i>Pearson</i> entre Grau de Aderência e Grau de Intangibilidade .....	46



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de artigos selecionados para a composição do Referencial Teórico.....	36
Tabela 2: Quantidade de artigos selecionados para a composição do Referencial Teórico.....	36
Tabela 3: <i>Check-list</i> com os resultados.....	47
Tabela 4: Estatística descritiva do <i>check-list</i> com os resultados.....	49
Tabela 5: Grau de Aderência referente aos anos 2009 e 2010.....	50
Tabela 6: Detalhes de cálculo do GA na empresa AMBEV.....	52
Tabela 7: Total por itens.....	53
Tabela 8: Resultados do Grau de Intangibilidade referente ao ano de 2009.....	54
Tabela 9: Resultados do Grau de Intangibilidade referente ao ano de 2010.....	56
Tabela 10: Medidas descritivas do Grau de Intangibilidade.....	58
Tabela 11: Correlação entre GA e o GI.....	59

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas

AI – Ativo Intangível

ANPCONT – Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.

APIMEC NACIONAL - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

DCs – Demonstrações Contábeis

DP – Desvio Padrão

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

GA – Grau de Aderência

GI – Grau de Intangibilidade

IAS - *International Accounting Standards*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IASC - *International Accounting Standards Committee*

IBOVESPA – Índice Bovespa

IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

IOSCO - *International Organization of Securities Commissions*

NASDAQ – *National Association Securities Dealers Automated Quotation*

NIC - Normas Internacionais de Contabilidade

NYSE – *New York Stock Exchange*

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	11
1.2 TEMA E PROBLEMA .....	12
1.3 OBJETIVOS .....	13
1.3.1 OBJETIVO GERAL .....	13
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	13
1.4 JUSTIFICATIVA .....	14
1.5 DELIMITAÇÃO .....	15
1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO .....	16
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>17</b>
2.1 ATIVO INTANGÍVEL .....	17
2.1.1 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO .....	20
2.1.2 VIDA ÚTIL E AMORTIZAÇÃO .....	21
2.1.3 DIVULGAÇÃO .....	23
2.2 INTANGILIDADE .....	26
2.3 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE .....	27
2.3.1 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC .....	28
2.4 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE .....	30
2.5 PESQUISAS SIMILARES .....	32
<b>3. METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>34</b>
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....	34
3.2 PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DA LITERATURA .....	35
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	37
3.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS .....	39
<b>4. RESULTADOS .....</b>	<b>47</b>
4.1 CHECK-LIST COM OS RESULTADOS .....	47
4.2 GRAU DE ADERÊNCIA .....	51
4.3 GRAU DE INTANGIBILIDADE .....	55
4.4 MEDIDAS DE CORRELAÇÃO .....	60
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERENCIAIS .....</b>	<b>65</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>68</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo serão apresentados as considerações iniciais, o tema e o problema do estudo em questão, seguido dos objetivos geral e específicos para a realização do presente trabalho. Logo após, apresenta-se a justificativa, delimitações e a organização.

### 1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Lei nº 11.638/2007, que alterou a Lei nº 6.404/1976, tem como objetivos proporcionar maior transparência, qualidade às informações contábeis e principalmente a convergência entre as normas contábeis nacionais e as normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O IASB elabora, publica e atualiza a *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Com isso vários países passaram a adotá-lo, inclusive o Brasil.

O início das mudanças dos padrões contábeis brasileiros para o padrão internacional ocorreu formalmente com a edição das Leis 11.638/07 e 11.941/09 que alteraram os dispositivos da Lei nº 6.404/76, modernizando a contabilidade e exigindo que as empresas brasileiras (especialmente as sociedades por ações) passassem a utilizar pronunciamentos contábeis baseados nas normas internacionais de contabilidade (COSTA; YAMAMOTO; THEÓPHILO, 2010, p.1).

Para o presente estudo, a Lei nº 11.638/2007 merece destaque no seu artigo 179 onde fez mudanças no Balanço Patrimonial criando o subgrupo Ativo Intangível assim, separando “definitivamente os bens materiais (ativo Imobilizado) dos bens intangíveis ou imateriais (Ativo Intangível)” (CRISÓSTOMO, 2009, p. 56).

O Ativo Intangível é normatizado pelo IASB por meio do *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS) – IAS 36 e IAS 38, este correlacionado com o Pronunciamento Técnico CPC 04.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado por meio de uma resolução do Conselho Federal de Contabilidade (Resolução nº 1.055 de 2005). O CPC traduziu e, quando necessário, adaptou as normas do IASB para serem adotados por todas as entidades submetidas às normas da Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central do Brasil, Superintendência de Seguros Privados, Conselho Federal de Contabilidade e outros

órgãos reguladores. O CPC tem um Pronunciamento Técnico especialmente para o tratamento contábil dos ativos intangíveis (CPC 04).

A Lei das Sociedades por Ações prevê em seu artigo 176, § 4º: “As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”.

Sendo assim, investigará quais informações têm sido divulgadas nas notas explicativas, com relação ao Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1). As notas explicativas serão das empresas que compõem o Índice Bovespa, nos anos de 2009 e 2010.

## 1.2 TEMA E PROBLEMA

Para Hendriksen e Van Breda (1999), o primeiro passo para estudar o intangível é verificar se ele está de acordo com a definição de ativo.

Kam (1990) fornece o conceito de ativo que é “proporcionar benefícios econômicos futuros, obtido e controlado pela empresa, resultante de transações e eventos passados” (*apud* MACHADO; FAMÁ, 2011, p. 4).

Segundo os autores Hendriksen e Van Breda (1999, p. 388), “a palavra *intangível* vem do latim *tangere*, ou “tocar”. Os bens intangíveis, portanto, são bens que não podem ser tocados, porque não têm corpo. Mais formalmente, diz-se que os ativos intangíveis são incorpóreos”.

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009, p.228)

Os intangíveis como são um ativo como outro qualquer. São agregados de benefícios econômicos futuros sobre os quais uma dada entidade detém o controle e exclusividade na sua exploração. Ocorre que, diferentemente dos ativos tangíveis, que são visivelmente identificados, e contabilmente separados, os intangíveis por vezes não são.

Autores como Martins (1972), Hendriksen e Van Breda (1999) e Schmidt e Santos (2002) compartilham a mesma ideia de que o conceito de “intangível precisa conter, obrigatoriamente, além do fator intangibilidade, os mesmos conceitos da definição de ativo” (*apud* MOURA *et al.*, 2011, p. 3).

O Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) (2010, p. 6), define ativo intangível como sendo um “ativo não monetário identificável sem substância física”. O mesmo

pronunciamento lista alguns itens que devem ser divulgados pelas empresas no que concerne aos ativos intangíveis tais como: vida útil ou taxa de amortização; métodos de amortização; adições, baixas e transferências; informações de ativos intangíveis que perderam o seu valor de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; total gasto com pesquisa e desenvolvimento; e algumas informações são recomendáveis, mas não obrigatórias.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 644, de 2 de fevereiro de 2010, deliberou para as companhias abertas a obrigatoriedade o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

Nesse contexto, emerge a pergunta que orienta este trabalho: *Qual a relação estabelecida entre o Grau de Aderência (GA) ao CPC 04 (R1) e o Grau de Intangibilidade (GI) das empresas que compõe Índice Bovespa nos anos de 2009 e 2010?*

### **1.3 OBJETIVOS**

A fim de responder o problema apresentado no estudo em questão, foram ressaltados o objetivo geral e os objetivos específicos descritos a seguir.

#### **1.3.1 OBJETIVO GERAL**

Para responder a tal pergunta, o objetivo geral deste estudo é confrontar o Grau de Aderência ao CPC 04 (R1) das empresas que compõem o Índice Bovespa com o seu respectivo Grau de Intangibilidade.

#### **1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Para atingir o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Verificar o Grau de Aderência das empresas ao CPC 04 (R1);
- b) Calcular o Grau de Intangibilidade das empresas que compõem a carteira do Índice Bovespa nos anos de 2009 e 2010; e
- c) Correlacionar o Grau de Aderência ao CPC 04 (R1) com o Grau de Intangibilidade.

## 1.4 JUSTIFICATIVA

De acordo com Castro (1977) o presente estudo contempla as condições básicas de uma pesquisa, ou seja, originalidade, viabilidade e importância.

A respeito da verificação de originalidade do tema proposto nesta pesquisa, foi realizado um procedimento sistematizado para seleção de materiais para construção do Referencial Teórico (capítulo 2), no qual foram pesquisados artigos publicados nos treze periódicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação recomendados pela Capes em Ciências Contábeis em Nível de Mestrado ou Doutorado no período de 2000 a 2010 e também nos anais do Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT) e do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade no período de 2000 a 2011.

Foram selecionados artigos que tinham como tema Ativo Intangível, sendo que nenhum artigo abordava o foco da presente pesquisa. Os artigos selecionados abordavam conforme mostra o Quadro 1. Já os que não foram selecionados tratavam sobre Capital Intelectual e Ativo Intangível no âmbito da contabilidade gerencial.

<b>Título do artigo</b>	<b>Objetivo</b>
A aderência dos Pronunciamentos contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade	Saber se as empresas brasileiras preparam as suas primeiras demonstrações contábeis consolidadas no padrão IFRS a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, em comparação com o exercício de 2009.
Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países	A situação internacional, juntamente com a realidade brasileira de já haver empresas publicando seus balanços patrimoniais com a conta "Intangíveis", nos motivou a pesquisar como está a situação no Brasil com relação aos ativos intangíveis e compará-la com os demais sistemas contábeis.
Ativos Intangíveis e Governança Corporativa no Mercado de Capitais Brasileiro	Verificar a intangibilidade das empresas brasileiras de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA, no período de 2002 a 2007 conforme os níveis diferenciados de Governança corporativa aos quais submetem-se.
Ativos Intangíveis e o Desempenho Empresarial	O objetivo desta pesquisa é o estudo do impacto da presença de ativos intangíveis na empresa em seu desempenho econômico, aqui mensurado pela geração de valor aos seus acionistas, ou seja, este trabalho foca sua atenção em uma investigação empírica para comprovar - ou não - se as empresas intangível-intensivas são mais criadoras de valor do que as empresas tangível-intensivas.

Continuação...

Boas práticas de Governança Corporativa e evidenciação obrigatória dos Ativos Intangíveis	Verificar se entre as maiores empresas brasileiras listadas nos diversos setores econômicos da BM&FBovespa, aquelas com maior conformidade quanto ao <i>disclosure</i> obrigatório dos ativos intangíveis e com maior proporção de tais ativos em seu ativo fixo foram as que apresentaram melhores práticas de governança corporativa.
<i>Disclosure</i> de Ativos Intangíveis em empresas brasileiras	(a) Investigar a associação entre a divulgação de informações acerca dos ativos intangíveis e as características econômicas das companhias listadas na BM&FBovespa; e (b) verificar se existe uma maior observância das orientações de divulgação previstas no CPC 04 pelas empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa.
Evidenciação de Ativos Intangíveis Não Adquiridos nos Relatórios da Administração das Companhias Listadas nos Níveis de governança Corporativa da Bovespa	Analisar o conteúdo da evidenciação sobre ativos intangíveis não adquiridos nos Relatórios da Administração (RA) de companhias abertas brasileiras listadas nos níveis de governança corporativa.

Quadro 1: Objetivo dos artigos selecionados

Fonte: Dados da pesquisa.

Este estudo apresenta-se viável, porque o acesso às informações das Notas Explicativas das empresas do Índice Bovespa e do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) estão disponível no seu respectivo sítio eletrônico.

Em relação à importância deste presente estudo se dará aos usuários de contabilidade, acadêmicos e ao cenário contábil. Segundo Colauto *et al.* (2009, p. 145), “o objetivo principal da divulgação de informações consubstancia-se em apoiar os usuários internos e externos da contabilidade na tomada de decisões”. Portanto, ele é importante porque verificará se as empresas estão realmente atendendo aos requisitos normativos impostos pelo Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1).

## 1.5 DELIMITAÇÃO

Como delimitação do estudo, cumpre explicar que foram analisadas as notas explicativas das empresas listadas no Índice Bovespa, no sítio eletrônico BM&FBovespa.

Neste estudo o espaço temporal compreende os anos de 2009 e 2010 desconsiderando exercícios anteriores ou subsequentes aos citados períodos.



## 1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente trabalho está formado por cinco capítulos. Após este primeiro capítulo de caráter introdutório, onde abordou (i) considerações iniciais, o tema e a definição do problema de pesquisa; (ii) objetivo geral; (iii) objetivos específicos; (iv) a justificativa; e (v) a delimitação da pesquisa. No capítulo subsequente é composta do Referencial Teórico que aborda sucintamente cinco conteúdos: (i) panorama geral sobre Ativo Intangível; (ii) Intangibilidade; (iii) Normas Brasileiras de Contabilidade, apresentando o Comitê de Pronunciamentos Contábeis; (iv) Normas Internacional de Contabilidade; e (v) Estudos Similares.

No terceiro capítulo, busca-se apresentar a Metodologia da Pesquisa, dividida em quatro partes: (i) o enquadramento metodológico; (ii) procedimentos para revisão da literatura; (iii) população e amostra do estudo; e (iv) procedimentos para coleta de dados e análise dos dados. No quarto capítulo, será o resultado da pesquisa. No quinto capítulo, apresenta-se as considerações finais, resgatando os resultados encontrados e abarcando também as limitações da pesquisa e as sugestões para futuros trabalhos. Por fim, elencam-se as referências utilizadas na pesquisa e o apêndice com as informações sobre a pesquisa.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está dividido em cinco subseções: Ativo Intangível, Intangibilidade, Normas Brasileiras de Contabilidade, Normas Internacionais de Contabilidade e por fim os Estudos Similares.

### 2.1 ATIVO INTANGÍVEL

Uma das áreas mais complexas na contabilidade e nas finanças empresariais refere-se aos Ativos Intangíveis. Segundo os autores Machado e Famá (2001, p. 4), “esta complexidade deve-se às dificuldades de definição, incertezas na mensuração e estimação de suas vidas úteis”.

Os ativos intangíveis são diferentes dos tangíveis, porque aqueles “possuem como uma de suas características estratégicas a singularidade, o que os torna ativos únicos, difíceis de adquirir, de desenvolver e até mesmo de copiar” (PEREZ; FAMÁ, 2004 *apud* COLAUTO *et al.*, 2009, p. 148).

Primeiro, para estudar o Ativo Intangível a definição deve ser lembrada. “Canning (1929 *apud* MACHADO; FAMÁ, 2011, p. 4) foi um dos primeiros a tentar definir os elementos patrimoniais. De forma abrangente definiu um ativo como qualquer serviço futuro, em termos monetários cujos direitos pertencem legal ou justamente a alguma pessoa ou conjunto de pessoas”.

FASB definiu ativos no SFAC 6, da seguinte forma “benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma dada entidade em consequência de transações ou eventos passados” (*apud* HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 283).

De acordo com inciso VI, artigo 179 da Lei nº 11.638/2007, Ativos Intangíveis são “direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”.

Por outro lado, o CPC 04 (R1) (2010) que foi extraído da norma internacional *Intangible Assets* 38, define que Ativos Intangíveis são ativos não monetários, identificáveis, que não possuem substância física, controláveis e geradores de benefícios econômicos futuros.

Entretanto, o mesmo pronunciamento comenta que alguns intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como um disco. Para saber se um ativo que contém elementos intangíveis e tangíveis deve ser tratado como imobilizado ou intangível a entidade deve avaliar qual o elemento é mais importante.

Por exemplo, um *software* de uma máquina-ferramenta controlada por computador que não funciona sem esse *software* específico é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado. O mesmo se aplica ao sistema operacional de um computador. Quando o *software* não é parte integrante do respectivo *hardware*, ele deve ser tratado como ativo intangível. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 04 (R1), 2010, p. 4)

Martins (1972 *apud* MACHADO; FAMÁ, 2011, p. 4) alerta que a “definição de ativo intangível como aquele que não possui existência física ou que não pode ser tocado é simplista e incompleta”, porque Investimentos, Duplicatas a Receber, Créditos Fiscais, Depósitos Bancários, entre outras, são direitos, porém são incorpóreos e são considerados tangíveis.

Para os autores Reilly e Schweih (1998 *apud* PEREZ; FAMÁ, 2006, p. 13), “os ativos intangíveis devem ter um respaldo tangível, isto é, ativos intangíveis como marcas, patentes ou bancos de dados, apesar de sua natureza intangível, devem estar devidamente registrados e/ou mostrar evidências físicas de sua existência”.

Segundo Crisóstomo (2009, p. 55), “até o Pronunciamento Técnico CPC 04 não havia no Brasil uma definição de ativo intangível em um instrumento legal”. O quadro 2 expõe um comparativo da situação relativa à definição de intangíveis no Brasil antes e depois da Lei nº 11.638/2007.

<b>Momento</b>	<b>Definição de ativo intangível</b>
Antes da Lei 11.638/2007	Ausente Referências a ativos intangíveis sem conceituação (NBC T.3.2, Deliberação CVM 488/2005, e, legislação fiscal abordada na seção 4.1).
Depois da Lei 11.638/2007	Uso de método conceitual real na linha do IASB. Nova redação do art. 179,VI da Lei 6.404/1976 dada pela Lei 11.638/2007: “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”. Pronunciamento CPC 04, item 8: “Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física”.

Quadro 2: Síntese da questão conceitual de intangíveis antes e depois da Lei 11.638/2007  
Fonte: CRISÓSTOMO, 2009, p. 55

Caso um Ativo Intangível não atenda à definição dada pelo CPC 04 (R1), o gasto incorrido na sua aquisição ou geração interna deve ser reconhecido como despesa quando incorrido. No entanto, se o item for adquirido em uma combinação de negócios, passa a fazer parte do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) reconhecido na data da aquisição (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 04 (R1), 2010).

Outras características do Ativo Intangível podem ser citadas, tais como sua identificação, o seu controle e os seus benefícios econômicos futuros.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), o Ativo Intangível tem que ser identificável para atender à sua definição, só assim ele diferenciará do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*).

Para uma melhor compreensão ao que o CPC 04 (R1) comenta sobre este tema, os autores Hendriksen e Van Breda (1999, p.388) esclarecem que

O fato de que pode ser dado um nome a um ativo intangível geralmente indica que se trata de um ativo identificável. O exemplo mais comum de um ativo intangível não-identificável é o *goodwill*. O momento em que um recurso se torna identificável é uma questão de julgamento. Por exemplo, uma questão de grande interesse atual diz respeito a marca, ou seja, se são suficientemente identificáveis para serem reconhecidas e incluídas num balanço.

Mas o que é *Goodwill*? “É a expectativa de rentabilidade; um agregado de benefícios econômicos futuros, ou, sintetizando, um conjunto de intangíveis não identificáveis no processo de aquisição [...], para os quais objetivamente não é possível proceder-se a uma contabilização em separado” (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2009, p. 228).

O Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) ainda menciona que o Ativo Intangível satisfará o critério de identificação, quando:

- (a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- (b) resultar de direitos contratuais ou direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Em relação ao controle, “a entidade controla um ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de

terceiros a esses benefícios. [...] A ausência de direitos legais dificulta a comprovação do controle” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 04 (R1), 2010, p.8).

Segundo Crisóstomo (2009, 55), “o controle sobre o ativo significa que a organização tem direito de utilizá-lo em suas atividades para obtenção de benefícios. O controle é resultado de algum evento passado, como a aquisição do ativo ou sua criação pela própria empresa”.

Os benefícios gerados pelo Ativo Intangível podem ocorrer através de uma “receita de venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade. Por exemplo, o uso da propriedade intelectual em um processo de produção pode reduzir os custos de produção futuros em vez de aumentar as receitas futuras” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 04 (R1), 2010, p.9).

Os exemplos de Ativos Intangíveis dados pelos os autores Iudícibus (2004) e Perez e Famá (2006) são: “*goodwill*, gastos de organização, marcas e patentes, direitos autorais, franquias, custos de desenvolvimento de *softwares*, bancos de dados, concessões publicas, direitos de exploração e operação, carteira fiel de clientes, etc” (*apud* MACHADO; FAMÁ, 2011, p. 5).

### 2.1.1 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Perez e Famá (2006, p. 14) comentam que o Ativo Intangível só deve ser reconhecido como ativo, se ele preencher todos os requisitos de ativo tais como: “a) corresponder à definição apropriada, b) ser mensurável (existência de um atributo de mensuração confiável), c) ser relevante e d) ser preciso (a informação é verificável e neutra)”.

A Lei nº 11.638/2007 não menciona os critérios que devem ser considerados para que se reconheça um ativo como intangível. Porém, o CPC 04 (R1) (2010) estabelece que um Ativo Intangível deve atender:

a) a definição de ativo intangível, ou seja, ativos não monetários, identificáveis, não possuem substância física, controláveis e geradores de benefícios econômicos futuros; e

b) os critérios de reconhecimento tais como: somente se, for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

Segundo Reilly e Schweih (1998 *apud*, MOURA *et al.*, 2011, p. 3), para os Ativos Intangíveis sejam reconhecidos como tal, eles precisam atender algumas características importantes como:

1. Existência e proteção legal;
2. devem estar sujeitos ao direito de propriedade individual, com possibilidade legal de transferência desse direito;
3. precisam de alguma evidência ou manifestação tangível de sua existência (ex: contrato, licenças ou registro);
4. devem ter sido criados em uma data ou como resultado de um evento identificável;
5. devem estar sujeitos a eliminação, cancelamento ou à finalização em uma data ou evento identificável.

Portanto, para que o Ativo Intangível seja reconhecido, é necessário que atenda os requisitos de reconhecimento de qualquer ativo, devendo ser mensurável, relevante e preciso.

Em relação ao ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado internamente não é reconhecido como ativo, “porque não é um recurso identificável (ou seja, não é separável nem advém de direitos contratuais ou outros direitos legais) controlado pela entidade que pode ser mensurado com confiabilidade ao custo” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 04 (R1), 2010, p.7).

Conforme a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis constante no Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, para avaliar um ativo a entidade pode optar pelo método de custo ou pelo método de reavaliação, quando este não estiver restringido por uma Lei ou norma legal estabelecida. Com o advento da Lei 11.638/2007, a reavaliação de bens tangíveis e intangíveis não é mais permitida sendo assim, a mensuração deve ser feita pelo método de custo, onde os ativos são registrados ao custo menos eventual amortização acumulada e perdas de valor recuperável acumuladas (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 04 (R1), 2010).

### **2.1.2 VIDA ÚTIL E AMORTIZAÇÃO**

A amortização é a alocação sistemática do custo de um ativo, menos o seu valor residual ao longo da sua vida útil. A vida útil é o “período de tempo no qual a entidade

espera utilizar um ativo, ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 04 (R1), 2010, p. 7).

No caso do Ativo Intangível, a entidade deve avaliar se a vida útil é definida ou indefinida e, se definida, a duração ou o volume de produção que constituem essa vida útil. A contabilização tem por base a vida útil, já que o Ativo Intangível com vida útil definida deve ser amortizado de forma sistemática ao longo desse período estimado, com início a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, enquanto a de um intangível com vida útil indefinida, não deve mais ser amortizado a partir de 2009, devendo ser submetido ao teste de valor recuperável de ativos.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (2010), a entidade deve testar a perda de valor recuperável dos Ativos Intangíveis com vida útil indefinida ou dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, fazendo uma comparação de seu valor recuperável com o seu valor contábil, anualmente e quando existirem indícios de que este possa ter perdido valor e não mais amortizá-lo.

Hendriksen e Van Breda (1999) exemplificam ativos intangíveis com vida útil definida tais como patentes, franquias e direitos de reprodução. Segundo estes autores as patentes têm duração máxima de 17 anos, a duração de uma franquia depende o que foi firmado no contrato entre as partes e os direitos de reprodução duram 50 anos após a morte do autor, mas pode ser prolongada por mais 50 anos. Esta duração econômica pode ser mais curta devido às condições de demanda ou obsolescência.

Por exemplo, é raro que os direitos de reprodução proporcionem benefícios à empresa por toda sua vigência legal. Os livros-texto, por exemplo, freqüentemente se tornam obsoletos em cinco anos, ou menos. Mas, se o livro for revisto, parte do valor inicial poderá se transferir para a segunda, a terceira, e possivelmente a quinta edição. Em nenhum caso, porém, poderão os ativos adquiridos após 1º de novembro de 1970 ser amortizados por mais de 40 anos (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 394).

Estes mesmos autores citam marcas, custos de organização e *goodwill* como exemplos de ativos intangíveis com vida útil indefinida.

### 2.1.3 DIVULGAÇÃO

Iudicibus expõe que a divulgação de informações financeiras deve adotar uma forma tal que atenda

às necessidades informativas dos usuários, respeitando seus interesses e características, e levando em consideração os aspectos da materialidade e da relevância. Para tal, espera-se que ela seja justa, adequada e plena, e permita uma clara compreensão de todos os elementos contábeis que possam influenciar nas decisões. Portanto, todos os eventos, que afetem, ou que possam vir a afetar, a situação patrimonial, econômica e financeira de uma dada entidade, devem ser evidenciados (1997 *apud* COLAUTO *et al.*, 2009, p. 151).

Conforme o IASB (2001), o objetivo das Demonstrações Financeiras consubstancia-se em fornecer informações sobre a posição financeira, os resultados e as mudanças na posição financeira de uma entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas tomadas de decisão.

Os autores Hendriksen e Van Breda (1999), citam que a divulgação financeira deve fornecer informações que sejam úteis para os usuários (clientes, investidores, credores, empregados, analistas e etc.), que visem a tomada de decisões. As informações devem ser compreensíveis a todos os usuários interessados e que possuem uma noção razoável dos negócios e estejam dispostos a estudá-la.

Antes do CPC 04, as divulgações sobre Ativos Intangíveis eram praticamente inexistentes quando comparadas aos requerimentos da nova norma contábil.

De acordo com o CPC 04 (R1) (2010), a entidade deve divulgar as seguintes informações que constam no Quadro 3 para cada classe de ativos intangíveis, fazendo a distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis.

<b>Item 118 do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1)</b>
(a) com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados;
(b) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;
(c) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas

Continuação...



acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;

(d) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;

(e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período, demonstrando:

(i) adições, indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios;

(ii) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos;

(ii) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda, nos moldes do Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e outras baixas;

(iii) aumentos ou reduções durante o período, decorrentes de reavaliações nos termos dos itens 75, 85 e 86 e perda por desvalorização de ativos reconhecida ou revertida diretamente no patrimônio líquido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver);

(iv) provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver);

(v) reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se houver);

(vi) qualquer amortização reconhecida no período;

(vii) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade; e

(viii) outras alterações no valor contábil durante o período.

Quadro 3: Item 118 do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1)

Fonte: Extraído do CPC 04 (R1).

A entidade também deve divulgar os seguintes dados que contém no item 122 do Pronunciamento.

**Item 122 do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1)**

(a) em relação a ativos intangíveis avaliados como tendo vida útil indefinida, o seu valor contábil e os motivos que fundamentam essa avaliação. Ao apresentar essas razões, a entidade deve descrever os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil indefinida do ativo;

(b) uma descrição, o valor contábil e o prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade;

(c) em relação a ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais e inicialmente reconhecidos ao valor justo (ver item 44):

(i) o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos;

(ii) o seu valor contábil; e

(iii) se são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou de reavaliação;

(d) a existência e os valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita e os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações; e

(e) o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis.

Quadro 4: Item 122 do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1)

Fonte: Extraído do CPC 04 (R1).

O Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) no seu item 124 cita que o Ativo Intangível mensurado após o reconhecimento utilizando o método de reavaliação deve divulgar algumas informações, mas este item será excluído porque no Brasil não é permitido tal prática devido às disposições contidas na Lei nº 11.638/07.

Em relação ao gasto com pesquisa e desenvolvimento o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) diz que “a entidade deve divulgar o total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento devem incluir todos os gastos diretamente atribuíveis às atividades de pesquisa ou de desenvolvimento” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 04 (R1), 2010, p. 36).

O mesmo pronunciamento descreve algumas informações que a entidade deveria divulgar, porém não é obrigatório, tais como:

- (a) descrição de qualquer ativo intangível totalmente amortizado que ainda esteja em operação; e
- (b) breve descrição de ativos intangíveis significativos, controlados pela entidade, mas que não são reconhecidos como ativos porque não atendem aos critérios de reconhecimento do presente Pronunciamento, ou porque foram adquiridos ou gerados antes de sua entrada em vigor (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 04 (R1), 2010, p. 36).

No item 108 do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), estabelece que a entidade deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil:

- a) anualmente; e
- b) sempre que existam indícios de que o ativo intangível pode ter perdido valor.

## 2.2 INTANGILIDADE

Intangibilidade é a “qualidade de algo intangível” (ROCHA, 2000, p. 346). Intangíveis são “ativos que carecem de substância” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p.387).

Lev comenta que ativo intangível é “um direito a benefícios futuros que não possui corpo físico, que é criado pela inovação, por práticas organizacionais e pelos recursos humanos” (2001 *apud* MACHADO; FAMÁ, 2011, p. 4). O autor comenta que os intangíveis interagem com os tangíveis para a formação do valor das empresas

Kayo e Fama também comentam sobre essa integração entre intangíveis e tangíveis: “O capital intangível bem empregado pode fazer o capital tangível render muito mais e, assim, conjuntamente, maximizar o valor da empresa e a riqueza do acionista” (2004, p. 175 *apud* MACHADO; FAMÁ, 2011, p.4).

Um dos indicadores que calcula o nível de ativos intangíveis na estrutura das empresas é o Grau de Intangibilidade.

O Grau de Intangibilidade dos ativos de uma empresa, de acordo com Kayo (2002), é calculado pela seguinte fórmula:

$$GI = \frac{VMA}{PLC}$$

*VMA*: Valor de mercado total das ações; e  
*PLC*: Patrimônio líquido contábil”.

Para os autores Colauto *et al.*(2009, p. 158), “quanto maior o índice Grau de Intangibilidade (GI) há maior participação relativa de ativos intangíveis na estrutura da empresa”.

### **2.3 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE**

O Ativo Intangível recebeu maior atenção a partir de 2005 quando a Comissão de Valores Mobiliários através da Deliberação CVM nº 488, de 03 de outubro de 2005, aprovou o Pronunciamento nº 27 do Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) sobre Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações.

O objetivo do IBRACON NPC nº 27 era determinar a base de apresentação de demonstrações contábeis de uso geral, para posteriormente certificar uma comparação com as próprias demonstrações contábeis de períodos diferentes quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Para isso, este Pronunciamento menciona como deve ser a apresentação de demonstrações contábeis, diretrizes para sua estrutura e requisitos mínimos de seu conteúdo.

Conforme mencionado anteriormente o IBRACON NPC nº 27, foi aprovado pela Deliberação CVM nº 488 e alterada pela CVM nº 496, em razão da mudança do prazo de vigência. Com a adoção desse pronunciamento, a Comissão de Valores Mobiliários reconhecia o subgrupo Intangível no Ativo Não Circulante nas companhias de capital aberto.

Os Ativos Intangíveis, tais como marcas, patentes e semelhantes, adquiridos; o fundo de comércio adquirido devem divulgar informações em Nota Explicativa e seus elementos devem ser apresentados separadamente, incluindo, o método e período de amortização e qualquer baixa extraordinária durante o período contábil (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2005).

Crisóstomo (2009) afirma que a partir da Deliberação CVM nº 488/2005 várias empresas começaram a evidenciar o Ativo Intangível no Balanço Patrimonial. Mas, este ativo teve seu destaque no Brasil a partir da Lei nº 11.638/2007 que criava o subgrupo

Intangível e também, vincula, no art. 177, § 5º, as normas brasileiras a padrões internacionais e, em sintonia com a Deliberação CVM nº 488/2005.

A Lei n. 11.638, de dezembro de 2007, e a Medida Provisória n. 449, de dezembro de 2008, alteraram e revogaram os dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

De acordo com o inciso VI do artigo 179, serão classificados no novo subgrupo, segundo os autores Iudícibus, Martins e Gelbecke (CRISÓSTOMO, 2009, p. 55), “os **direitos** que tenham por objeto **bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia** ou exercidos com essa finalidade, **inclusive o fundo de comércio adquirido**”.

No inciso VII, artigo 183 da Lei n. 6.404/76, alterado pela redação da Lei n. 11.638/2007 “estabelece os critérios a serem utilizados para avaliação dos elementos do ativo, com a inclusão do inciso VII “os *direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização*” (CRISÓSTOMO, 2009, p. 58).

Conforme o artigo 183, § 3º da Lei n. 6.404/76

a companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam: I – registradas as perdas de valor do capital aplicado [...]; II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

### 2.3.1 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC

A alteração da Lei nº 6.404/76, as normas do CPC e o poder regulatório, CVM, Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Banco Central do Brasil (BACEN) permitiram ao Brasil alinhar suas práticas contábeis às normas internacionais emitidas pelo IASB.

Os autores Costa, Yamamoto e Theóphilo (2011, p.3) comentam que com a Lei nº 11.638/07 impulsionou os trabalhos do CPC com a inclusão do artigo 10-A na Lei nº 6.385/76 (Lei da criação da CVM), conforme segue:

A Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo, no exercício de suas atribuições regulamentares, adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas

Parágrafo único. A entidade referida no caput deste artigo deverá ser majoritariamente composta por contadores, dela fazendo parte, paritariamente, representantes de entidades representativas de sociedades submetidas ao regime de elaboração de demonstrações financeiras previstas nesta Lei, de sociedades que auditam e analisam as demonstrações financeiras, do órgão federal de fiscalização do exercício da profissão contábil e de universidade ou instituto de pesquisa com reconhecida atuação na área contábil e de mercado de capitais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado em 7 de outubro de 2005 pela Resolução Conselho Federal de Contabilidade nº 1.055/05. Tem como objetivo o estudo das normas internacionais de contabilidade, o preparo e a emissão de pronunciamentos contábeis visando à convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

O CPC é um comitê autônomo composto por representantes das seguintes instituições: Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec Nacional); Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa); Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).

Além dessas entidades que compõem o CPC, outros membros serão sempre convidados a participar representantes dos seguintes órgãos: Banco Central do Brasil; Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Secretaria da Receita Federal e SUSEP.

O CPC elabora os pronunciamentos contábeis brasileiros em conformidade com as normas internacionais, conforme preceitua a Lei nº 11.638/07. Em 2007, 2008, 2009 e 2010, baseado nas normas internacionais o Comitê produziu 63 documentos, sendo 42 pronunciamentos técnicos (denominados CPCs), 5 orientações técnicas (denominadas OCPCs), 15 interpretações técnicas (denominadas ICPCs) e estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (*framework*).

De todos os 42 pronunciamento técnicos, o foco desta pesquisa é o Pronunciamento Técnico – CPC 04 (R1) que foi elaborado a partir do *IAS 38 – Intangible Assets*, emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

O CPC revisa todos os documentos já emitidos para que estejam totalmente convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A proposta de revisão do CPC 04 contempla tanto alterações feitas pelo próprio IASB após a aprovação do CPC 04 por este Comitê, quando certas compatibilizações de

texto visando não deixar dúvidas que a intenção do Pronunciamento é produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IAS 38. As modificações propostas não alteram a essência do pronunciamento original, de modo que a aplicação da versão revisada do Pronunciamento não deve provocar valores contábeis diferentes dos anteriores apurados.

Feitas essas modificações a Comissão de Valores Mobiliários nº 644, de 2 de fevereiro de 2010, deliberou para companhias abertas a obrigatoriedade do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1). Sendo assim, as entidades devem reconhecer o Ativo Intangível se determinados critérios neste Pronunciamento forem atendidos. O Pronunciamento Técnico CPC 04 “formaliza no Brasil o reconhecimento de AIs adquiridos, de certa forma, seguindo orientações anteriores do IBRACON e CVM, e a tendência internacional do IASB” (CRISÓSTOMO, 2009, p. 59).

O objetivo do CPC 04 (R1) é definir o tratamento contábil dos AIs, como mensurar o valor contábil e como a entidade deve divulgar as informações para cada classe de Ativos Intangíveis.

## 2.4 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

De acordo com os comentários de Stolowy e Jeny,

a harmonização contábil internacional recebeu dois grandes impulsos no início deste novo século. O primeiro foi a decisão do IOSCO (*International Organization of Securities Commissions*) de endossar as Normas Internacionais de Contabilidade - NIC (ou IAS – *International Accounting Standards*). Como segundo avanço citam o fato de a União Européia haver proposto, em junho de 2000 (IASB, 2001), que todas as empresas negociadas em bolsa tenham suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS a partir de 2005” (2001 *apud* CRISÓSTOMO, 2009, p. 51).

O *International Accounting Standards Board* (IASB) foi criado em 1º de abril de 2001, “é o organismo internacional que elabora as normas internacionais de contabilidade as quais são utilizadas por mais de 100 países do mundo” (COSTA; YAMAMOTO; THEÓPHILO, 2011, p. 1). As suas funções são publicar e atualizar as *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

O IASB, por ser criado na estrutura do *International Accounting Standards Committee* (IASC), assumiu suas responsabilidades técnicas e tem como objetivo melhorar os pronunciamentos contábeis internacionais (IAS).

O Ativo Intangível é normatizado pelo IFRS por meio do IAS 38, que foi revisto na publicação de 2004 e traz a seguinte definição:

Ativo Intangível: um ativo monetário identificável sem corpo físico. Um ativo é um recurso que é controlado pela empresa como resultado de eventos passados (por exemplo, aquisição ou criação própria) e do qual benefícios econômicos futuros (ingressos de recursos ou outros ativos) são esperados. [IAS 38.8]

Assim, três atributos críticos de um Intangível são:

- (a) identificabilidade
- (b) controle (poder de obter benefícios do ativo)
- (c) benefícios econômicos futuros (tais como renda ou custos futuros reduzidos)”

(CRISÓSTOMO, 2009, p. 55).

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p.388),

O reconhecimento do Ativo Intangível “deve obedecer, portanto, às mesmas regras válidas para todos os ativos. O *Statement of Financial Accounting Concepts* (DFAC) nº 5, parágrafo 63, diz que um item deve ser reconhecido quando (a) corresponde à definição apropriada, (b) é mensurável, (c) é relevante, e (d) é preciso. O SFAC 6, parágrafo 25, define ativos como benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por dada entidade em consequência de transações ou eventos passados”.

Em relação à mensuração, o IASB (IAS 38.75) comenta sobre a reavaliação “estabelecendo que deva ser feita baseada no valor justo (*fair value*) menos amortização e depreciação só se o valor justo puder ser determinado por referência ao mercado” (*apud* CRISÓSTOMO, 2009, P. 61).

De acordo com Hendriksen e Breda (1999, p.392), “o *goodwill* é o mais importante ativo intangível na maioria das empresas. Frequentemente, é o ativo de tratamento mais complexo porque carece de muitas características associadas a ativos, tais como identificabilidade e separabilidade”. Em relação à vida útil do *goodwill* o IAS 38 não trata em sua norma. O IASB requer que o *goodwill* seja sempre testado por *impairment* (*apud* COSTA; YAMAMOTO; THEÓPHILO, 2011).

Portanto, às informações sobre Intangível que o IASB propõe são

Para cada categoria de intangível, deve-se divulgar, entre outros dados: a vida útil e a porcentagem de amortização utilizada; o método de amortização utilizado; o montante bruto contábil e a amortização acumulada; tanto no início como no final do período; e a amortização acumulada. Além disto, a IAS 38 propõe a divulgação de ativos intangíveis reavaliados e o montante de



desembolsos em pesquisa reconhecidos como gastos do período (*apud* CRISÓSTOMO, 2009, P. 63).

## 2.5 PESQUISAS SIMILARES

Foi realizada uma busca de artigos nos treze periódicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação recomendados pelas Capes em Ciências Contábeis nos anos de 2000 a 2010 e nos anais do Congresso ANPCONT e do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade no período de 2000 a 2011. Após a busca e a leitura dos artigos, foram selecionados sete artigos com similaridade no estudo proposto. Abaixo, segue o Quadro 5 com os Autores, Títulos e Similaridade ou divergência com a pesquisa proposta.

<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Similaridades ou divergências com a pesquisa proposta</b>
Ativos Intangíveis e o Desempenho Empresarial	Marcelo Monteiro Perez Rubens Famá	O artigo em destaque tem similaridade com a pesquisa proposta, pois calcula o GI. Porém, a sua divergência é que o cálculo neste artigo é feito em empresas não financeiras, com ações negociadas na NYSE* e na NASDAQ**.
Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países	Vicente Lima Crisóstomo	Apresenta similaridade com a pesquisa proposta, pois o artigo comenta sobre o CPC 04.
Evidenciação de Ativos Intangíveis Não Adquiridos nos Relatórios da Administração das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa	Romualdo Douglas Colauto Paulo Savaget Nascimento Bruna Camargos Avelino Oscar Neto Almeida Bispo	O presente artigo possui similaridade com a pesquisa proposta, pois analisa o conteúdo da evidenciação de ativos intangíveis das companhias abertas brasileiras listadas nos níveis de governança corporativa. Porém, diferencia-se o ano investigado e, ao invés de ser no Relatório da Administração será nas Notas Explicativas.
<i>Discloruse</i> de Ativos Intangíveis em empresas brasileiras	Anelise Florêncio de Meneses Vera Maria Rodrigues Ponte Patrícia Vasconcelos Rocha Mapurunga	A similaridade investiga se existe uma maior observância dos itens de divulgação prevista no CPC 04. Neste artigo as empresas investigadas foram as listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa.
A aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade	Jorge Andrade Costa Marina Mitivo Yamamoto Carlos Renato Theóphilo	Este artigo consta no seu Referencial Teórico o tema Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o que torna similar com o presente estudo.

Continuação ...

Boas práticas de Governança Corporativa e evidênciação obrigatória dos Ativos Intangíveis	Geovanne Dias De Moura Lara Fabiana Dallabona Odir Luiz Fank Patrícia Siqueira Varela	A similaridade do artigo com a pesquisa proposta é que ambos calculam o índice de conformidade das informações divulgadas sobre ativos intangíveis, por meio das notas explicativas, buscando observar se as informações foram apresentadas conforme as determinações do CPC 04. A divergência é que o artigo calcula a correlação entre o índice de conformidade e o índice de tamanho dos ativos intangíveis e o nível de governança corporativa.
Ativos Intangíveis e Governança Corporativa no Mercado de Capitais	Júlio Henrique Machado; Rubens Famá	Este artigo tem similaridade, pois no seu Referencial Teórico descreve Ativos Intangíveis. Já na Metodologia traz o GI e a análise dos dados efetuando a estatística descritiva.

\* *New York Stock Exchange*

\*\* *National Association Securities Dealers Automated Quotation*

Quadro 5: Títulos, Autores e Similaridade ou Divergência com os artigos selecionados

Fonte: Dados da pesquisa.

### **3. METODOLOGIA DA PESQUISA**

Este capítulo tem por objetivo apresentar: (i) o enquadramento metodológico da pesquisa; (ii) os procedimentos para revisão da literatura; (iii) a população e amostra; e, os (iv) os procedimentos para coleta e análise dos dados.

#### **3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO**

A pesquisa se caracteriza como descritiva quanto aos seus objetivos, já que busca descrever a aderência à norma, ou seja, ao Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) pelas empresas listadas no Índice Bovespa nos anos de 2009 e 2010. (GIL, 1994)

Quanto à lógica da pesquisa, refere-se a uma pesquisa dedutiva, porque parte de uma premissa em que Meneses, Ponte e Mapurunga (2011) e Moura *et al.* (2011) afirmam que as empresas não vêm cumprindo as orientações de divulgação relativas ao CPC 04 (R1).

De acordo com Richardson (1999) “os dados secundários são aqueles obtidos, por exemplo, de obras bibliográficas ou de relatórios de pesquisas anteriores sobre o tema”. Este trabalho é definido como secundário, porque a coleta de dados foi feita nas Notas Explicativas das empresas listadas do Índice Bovespa, que se encontra no *site* da BM&FBovespa, ou seja, esta demonstração está acessível a qualquer pessoa.

A pesquisa utilizou de duas abordagens do problema: qualitativa e quantitativa. Como qualitativa por se tratar em examinar as notas explicativas divulgadas pelas empresas se estão em conformidade ao que o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) determina e descrever os itens mais divulgados. A abordagem qualitativa, segundo Neves (1996, p. 1), é “um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social”.

A abordagem também se caracteriza com quantitativa, pois aplicará testes estatísticos como: média, desvio padrão, mediana, máxima, mínimo, correlação e calculará o Grau de Intangibilidade. Sendo assim, está de acordo com o que Richardson (1999) define sobre esta abordagem que “envolve coletar e analisar dados numéricos e aplicar testes estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”.

Em relação aos procedimentos técnicos, define-se como uma pesquisa documental por ser realizada em notas explicativas das empresas do Índice Bovespa nos anos de 2009 e 2010 e no Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1).

Segundo os autores Raupp e Beuren (2008, p. 89 *apud* MOURA *et al.*, 2011, p. 6), a pesquisa documental “baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”

### **3.2 PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DA LITERATURA**

A elaboração do referencial teórico desta pesquisa derivou-se a uma busca de artigos publicados nos treze periódicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação recomendados pela Capes em Ciências Contábeis em Nível de Mestrado ou Doutorado no período de 2000 a 2010: *Brazilian Business Review (BBR)* – FUCAPE, Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos (BASE) – Unisinos, Revista Contabilidade e Organizações (RCO) – USP-RP, Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis – UERJ, Revista Universo Contábil – FURB, Contabilidade Vista & Revista UFMG, Contabilidade & Finanças – USP, Revista Brasileira de Gestão e Negócios (RBGN) – UNIFECAP, Revista de Informação Contábil (RIC) – UFPE, Revista de Contabilidade da UFBA, Revista Contabilidade & Controladoria – UFPR, Revista Contemporânea de Contabilidade (RCC) – UFSC, UNB Contábil (atual Contabilidade, Gestão e Governança) – UNB.

Dentre os quatro eventos importantes na área contábil, fez-se uma busca nos anais do Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT) e do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, cujo abrangeu o período de 2000 a 2011. A justificativa pela escolha destes periódicos foi pelo fato do seu reconhecimento e por estarem disponíveis na Internet.

Os critérios de seleção dos artigos foram trabalhos relacionados com o tema de estudo e combinações de palavras em seu título, ou resumo, ou palavras-chaves: Ativo (s) Intangível (is). Na seqüência foram identificados trinta e três artigos. Considera-se importante informar tanto na Tabela 1 quanto a Tabela 2, as células que estão de cinza significam anos em que os artigos não estavam disponíveis no *site*.

**Tabela 1: Quantidade de artigos selecionados para a composição do Referencial Teórico**

	Periódico	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	Total		
		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0		
1	<i>Brazilian Business Review (BBR)</i>					0	1	0	0	0	0	0	1	
2	Revista BASE					0	0	0	0	0	0	1	1	
3	Revista Contabilidade e Organizações (RCO)									0	0	0	0	
4	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	
5	Universo Contábil							0	0	0	1	0	0	1
6	Contabilidade Vista & Revista	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	3
7	Contabilidade & Finanças	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	3
8	Revista Brasileira de Gestão e Negócios					0	1	0	0	1	0	0	0	2
9	Revista de Informação Contábil (RIC)									0	0	0	1	1
10	Revista de Contabilidade da UFBA									0	0	0	1	1
11	Revista Contabilidade & Controladoria											0	0	0
12	Revista Contemporânea de Contabilidade					1	0	0	0	0	0	0	0	1
13	Revista Contabilidade, Gestão e Governança	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>17</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir a quantidade de artigos selecionados nos anais do Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT) e do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.

**Tabela 2: Quantidade de artigos selecionados para a composição do Referencial Teórico**

Ordem	Eventos	Quantidade de artigos por ano													
		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	1	
1	Congresso ANPCONT									2	2	0	1	1	6
2	Congresso USP de Controladoria e Contabilidade					3	1	2	1	0	0	0	3	10	
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>16</b>	

Fonte: Dados da pesquisa.

Após a leitura desses, percebeu-se que apenas 9 poderiam contribuir para a pesquisa proposta, sendo que apenas 7 estavam de acordo para compor o referencial teórico, conforme se pode verificar no Quadro 6.

<b>Código do Artigo</b>	<b>Título</b>
Contabilidade & Finanças – marcelo_rubens_pg7a24 - 2006	ATIVOS INTANGÍVEIS E O DESEMPENHO EMPRESARIAL
Contabilidade, Gestão e Governança - 63 - 2009	Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países
Contabilidade Vista & Revista - 391 - 2009	Evidenciação de Ativos Intangíveis Não Adquiridos nos Relatórios da Administração das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa.
Congresso ANPCONT – 215-2 - 2011	<i>DISCLOSURE</i> DE ATIVOS INTANGÍVEIS EM EMPRESAS BRASILEIRAS
Congresso USP de Controladoria e Contabilidade – 211 - 2011	A aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade
Congresso USP de Controladoria e Contabilidade – 507 - 2011	BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E EVIDENCIAÇÃO OBRIGATÓRIA DOS ATIVOS INTANGÍVEIS
Congresso USP de Controladoria e Contabilidade – 569 - 2011	Ativos Intangíveis e Governança Corporativa no Mercado de Capitais

Quadro 6: Código do Artigo e Título dos artigos selecionados

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebeu-se que o tema pesquisado – Ativo Intangível – em muitos artigos associava-se com o tema Capital Intelectual. Além disto, este assunto não tem um número expressivo de publicações nos periódicos e eventos investigados, pois o que consta em destaque é à área de custos e controladoria.

### 3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população-alvo do estudo é composta por sessenta e nove ações listadas na carteira do Índice Bovespa, referente a 2009 e 2010. Dentre estas ações seis empresas apresentavam ações do tipo ordinária e preferencial, por isso excluiu-se as ações do tipo preferencial das empresas Vale S.A., Usina Siderurgia de Minas Gerais S.A.-USIMINAS, PETROLEO Brasileiro S.A. PETROBRAS, Tele Norte Leste Participações S.A., TIM Participações S.A e Centrais Elétricas Brasileiras S.A.– ELETROBRAS. Após este procedimento, constitui-se uma amostra com sessenta e três empresas;

A partir da amostra selecionada, foi feita uma lista em ordem alfabética com as empresas do Índice Bovespa (Quadro 7) obtidas na BM&FBovespa, que consta no sítio eletrônico <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoCarteiraTeorica.aspx?Indice=IBOVESPA&idioma=pt-br>. O levantamento das empresas foi realizado no dia 09 de maio de 2011.

A justificativa pela escolha do IBovespa foi pelo fato de ser extremamente confiável, representa fielmente o comportamento médio das principais ações transacionadas, e o perfil das negociações à vista observadas nos pregões da BM&FBOVESPA.

É importante ressaltar que a empresa Cosan S.A. Indústria e Comércio foi excluída por suas demonstrações serem divulgadas em 31 de março de cada ano. E as empresas Portx Operações Portuárias S.A. e CESP - Companhia Energética de São Paulo não foram incluídas, porque aquela não apresentava Ativo Intangível nas suas demonstrações contábeis no ano de 2009 e também não apresentava nos dois anos.

<b>Ação</b>	<b>Razão Social</b>
ALL AMER LAT	ALL AMERICA LATINA LOGISTICA S.A.
AMBEV	CIA BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV
BMFBOVESPA	BMFBOVESPA S.A. BOLSA VALORES MERCADO FUTURO
BRADESCO	BANCO BRADESCO S.A.
BRADESPAR	BRADESPAR S.A.
BRASIL	BANCO BRASIL S.A.
BRASIL TELECOM	BRASIL TELECOM S.A.
BRASKEM	BRASKEM S.A.
BRF FOODS	BRF- BRASIL FOODS S.A.
BROOKFIELD	BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.
B2W VAREJO	B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO
CCR SA	CCR S.A.
CEMIG	CIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG
CIELO	CIELO S.A.
COPEL	CIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL
CPFL ENERGIA	CPFL ENERGIA S.A.
CYRELA REALT	CYRELA BRAZIL REALTY S.A.
DURATEX	DURATEX S.A.
ECODIESEL	BRASIL ECODIESEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO BIOCOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S.A.
ELETROBRAS	CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.
ELETROPAULO	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
EMBRAER	EMBRAER S.A.
FIBRIA	FIBRIA CELULOSA S.A.
GAFISA	GAFISA S.A.
GERDAU	GERDAU S.A.
GERDAU MET	METALÚRGICA GERDAU S.A.

Continuação...

GOL	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.
HYPERMARCAS	HYPERMARCAS S.A.
ITAUSA	ITAUSA INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
ITAUUNIBANCO	ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
JBS	JBS S.A.
KLABIN S/A	KLABIN S.A.
LIGHT S/A	LIGHT S/A
LLX LOG	LLX LOGISTICA S.A.
LOJAS AMERIC	LOJAS AMERICANAS S.A.
LOJAS RENNER	LOJAS RENNER
MARFRIG	MARFRIG ALIMENTOS S/A
MMX MINER	MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.
MRV	MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
NATURA	NATURA COSMÉTICOS S.A.
OGX PETROLEO	OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S.A.
P.AÇÚCAR-CBD	CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
PDG REALT	PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
PETROBRAS	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
REDECARD	REDECARD S.A.
ROSSI RESID	ROSSI RESIDENCIAL S.A.
SABESP	CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO
SANTANDER BR	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
SID NACIONAL	CIA SIDERÚRGICA NACIONAL
SOUZA CRUZ	SOUZA CRUZ S.A.
TAM S/A	TAM S.A.
TELEMAR	TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.
TELEMAR N L	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
TELESP	TELEC DE SÃO PAULO S.A. – TELESP
TIM PART S/A	TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
TRAN PAULIST	CTEEP-CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA
ULTRAPAR	ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
USIMINAS	USINA SIDERÚRGICA DE MINAS GERAIS S.A.
VALE	VALE S.A.
VIVO	VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.

Quadro 7: Amostra das empresas estudadas

Fonte: Elaborado pelos autores.

### 3.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

O procedimento adotado será a pesquisa documental onde os dados são coletados de arquivos públicos, ou seja, Demonstrações Contábeis (DCs). No caso deste estudo as DCs analisadas foram as Notas Explicativas das empresas investigadas. Escolheu-se esta demonstração por ser um complemento;

[...] II- divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; e III - fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada. (§ 5º do art. 176 da Lei das S/A)



Para coleta de dados elaborou-se um *check-list* que expresse os itens que devem ser evidenciados nas Notas Explicativas. Para isso, fez-se a leitura detalhada do regulamento emitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) e descreveu-se como as empresas devem divulgar informações sobre Ativos Intangíveis nas Notas Explicativas.

Cumprido esclarecer que o foco deste estudo seja o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) será necessário abordar o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), uma vez que eles estão relacionados: podendo, assim ser possível construir um *check-list* mais completo sobre a divulgação dos Ativos Intangíveis.

Observa-se, que na primeira coluna do Quadro 8 e do Quadro 9, foram incluídos os itens que constam no respectivo Pronunciamento Técnico. A seguir apresentam-se os elementos que fizeram parte do *check-list*, contendo 38 itens.

CPC 04 (R1)	Código	Itens de Divulgação
	1	Distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis.
	2	<b>Vida útil definida.</b>
118 (a)	3	Prazos de vida.
118 (a)	4	Taxas de amortização utilizada.
118 (b)	5	Métodos de amortização utilizados.
118 (c)	6	Valor contábil bruto.
118 (c)	7	Eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início.
118 (c)	8	Eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final.
118 (d)	9	Rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída.
118 (e)	10	Conciliação do Valor Contábil no início e no final do período.
118 (e - i)	11	Adições, indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios.
118 (e - ii)	12	Ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda e outras baixas.
118 (e - iii)	13	Aumentos ou reduções durante o período, decorrentes de reavaliação e perda por desvalorização de ativos reconhecida ou revertida diretamente no patrimônio líquido.
118 (e - iv)	14	Provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado do período.
118 (e - v)	15	Reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriados ao resultado do período.
118 (e - vi)	16	Qualquer amortização reconhecida no período.
118 (e - vii)	17	Variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade.
118 (e - viii)	18	Outras alterações no valor contábil durante o período.
	19	<b>Vida útil indefinida.</b>

Continuação...

122 (a)	20	Valor contábil.
122 (a)	21	Os motivos que fundamentam essa avaliação.
122 (a) - 123	22	Descrever os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil indefinida do ativo.
		<b>Aquisição e Titularidade de Ativos Intangíveis.</b>
	23	Ativo Intangível Individual.
122 (b)	24	Uma descrição de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade.
122 (b)	25	Prazo de amortização remanescente (prazo que falta para ser amortizado aquele item) de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade.
122 (c)	26	Em relação a ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais e inicialmente reconhecidos ao valor justo.
122 (c - i)	27	O valor justo inicialmente reconhecido.
122 (c - ii)	28	O valor contábil.
122 (c - iii)	29	Se os ativos intangíveis são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou de reavaliação.
122 (d)	30	Existência e os valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita e os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações
122 (e)	31	Valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis.
126	32	<b>Pesquisa e desenvolvimento</b>
126	33	Total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período.
128		<b>Recomendável, mas não obrigatório</b>
128 (a)	34	Descrição de qualquer ativo intangível totalmente amortizado que ainda esteja em operação;
128 (b)	35	Breve descrição de ativos intangíveis significativos, controlados pela entidade, mas que não são reconhecidos como ativos porque não atendem aos critérios de reconhecimento do presente Pronunciamento, ou porque foram adquiridos ou gerados antes de sua entrada em vigor.

Quadro 8: Check-list das informações a serem divulgadas referente ao CPC 04 (R1)

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no CPC 04 (R1).

CPC 01 (R1)	Código	Itens de Divulgação
15	36	<b>Teste da perda de valor dos ativos intangíveis, comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil:</b>
15	37	Anualmente
	38	Sempre que existam indícios de que o ativo intangível pode ter perdido valor.

Quadro 9: Check-list das informações a serem divulgadas referente ao CPC 01 (R1)

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no CPC 01(R1).

Primeiro verificará as Notas Explicativas das empresas listadas no Índice Bovespa nos anos de 2009 e 2010, estavam em consonância com os itens do *check-list* referente ao Pronunciamento Técnico 04 (R1) e Pronunciamento Técnico 01 (R1), emitido pelo CPC.

O presente estudo fará o uso de códigos: 0 = Item não apareceu nas Notas Explicativas; 1 = Item apareceu nas Notas Explicativas. A análise será feita da seguinte forma: quando algum dos itens for detectado nas Notas Explicativas, passa a ser marcado com o respectivo número. Esse procedimento é feito para os dois anos analisados. A

Tabela 3 ilustra como será preenchida após a confrontação do *check-list* com as Notas Explicativas das empresas estudadas. O código do *check-list* na Tabela 3 foi resumido, por motivo de espaço na tabela.

AÇÃO	Códigos do <i>check-list</i>										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Continuação..
ALL AMER LAT											
AMBEV											
BMFBOVESPA											
BRADESCO											
BRADESPAR											
BRASIL											
BRASIL TELEC											
BRASKEM											
BRF FOODS											
BROOKFIELD											
B2W VAREJO											
CCR SA											
CEMIG											
CIELO											
COPEL											
CPFL ENERGIA											
CYRELA REALT											
DURATEX											
ECODIESEL											
ELETROBRAS											
ELETROPAULO											
EMBRAER											
FIBRIA											
GAFISA											
GERDAU											
GERDAU MET											
GOL											
HYPERMARCAS											
ITAUSA											
ITAUNIBANCO											
JBS											
KLABIN S/A											
LIGHT S/A											
LLX LOG											
LOJAS AMERIC											
LOJAS RENNER											
MARFRIG											
MMX MINER											
MRV											
NATURA											
OGX PETROLEO											
P.AÇÚCAR-CBD											
PDG REALT											

Continuação...

PETROBRAS	
REDECARD	
ROSSI RESID	
SABESP	
SANTANDER BR	
SID NACIONAL	
SOUZA CRUZ	
TAM S/A	
TELEMAR	
TELEMAR N L	
TELESP	
TIM PART S/A	
TRAN PAULIST	
ULTRAPAR	
USIMINAS	
VALE	
VIVO	

Quadro 10: Análise de conteúdo nas notas explicativas

Fonte: Dados da Pesquisa.

Após o preenchimento da Tabela 3, consegue-se satisfazer o primeiro objetivo específico, calcular o Grau de Aderência das Notas Explicativas das empresas da amostra que estão em conformidade com o pronunciamento CPC 04 (R1).

<b>Ação</b>	<b>Grau de Aderência</b>
ALL AMER LAT	
AMBEV	
BMFBOVESPA	
BRADESCO	
BRADENPAR	
BRASIL	
BRASIL TELECOM	
BRASKEM	
BRF FOODS	
BROOKFIELD	
B2W VAREJO	
CCR SA	
CEMIG	
CIELO	
COPEL	
CPFL ENERGIA	
CYRELA REALT	
DURATEX	
ECODIESEL	
ELETROBRAS	
ELETROPAULO	
EMBRAER	
FIBRIA	
GAFISA	
GERDAU	

Continuação...

GERDAU MET	
GOL	
HYPERMARCAS	
ITAUSA	
ITAUUNIBANCO	
JBS	
KLABIN S/A	
LIGHT S/A	
LLX LOG	
LOJAS AMERIC	
LOJAS RENNER	
MARFRIG	
MMX MINER	
MRV	
NATURA	
OGX PETROLEO	
P.AÇÚCAR-CBD	
PDG REALT	
PETROBRAS	
REDECARD	
ROSSI RESID	
SABESP	
SANTANDER BR	
SID NACIONAL	
SOUZA CRUZ	
TAM S/A	
TELEMAR	
TELEMAR N L	
TELESP	
TIM PART S/A	
TRAN PAULIST	
ULTRAPAR	
USIMINAS	
VALE	
VIVO	

Quadro 11: Observância dos itens de divulgação pelas empresas  
Fonte: Dados da Pesquisa.

Para alcançar o segundo objetivo específico, foi necessário primeiramente, calcular o Grau de Intangibilidade (GI) das empresas contidas na amostra. É importante esclarecer que para este estudo considera-se o grau como uma variável. Os dados foram coletados, por meio do banco de dados Economática ®.

O estudo feito pelos autores Colauto *et al* (2009, p. 158), “a obtenção do GI é pautada na possibilidade interpretativa preconizada por uma correlação entre esta e as características intangíveis evidenciadas”, o que ocorrerá o mesmo para o presente trabalho.

Por fim, o último objetivo específico apresentará a correlação *Pearson* com o objetivo de verificar se a conformidade das informações encontradas no *check-list* apresenta correlação com o Grau de Intangibilidade.

Segundo Barbetta (1994, p. 247), a correlação de *Pearson* é “apropriado para descrever a correlação linear dos dados de duas variáveis *quantitativas*”.

O coeficiente de correlação de *Pearson* é representado pela letra *r* e a fórmula é a seguinte:

$$r = \frac{n \cdot \Sigma (XY) - (\Sigma X) \cdot (\Sigma Y)}{\sqrt{n(\Sigma X^2) - (\Sigma X)^2} \cdot \sqrt{n(\Sigma Y^2) - (\Sigma Y)^2}}$$

Para obter os somatórios da expressão, procede-se da seguinte maneira:

$\Sigma (XY)$  : fazem-se os produtos *x.y*, referente a cada par de observações e, depois, efetua-se a soma;

$\Sigma X$  : somam-se os valores da variável *X*;

$\Sigma Y$  : somam-se os valores da variável *Y*;

$\Sigma X^2$  : elevam-se ao quadrado cada valor de *X* e, depois, efetua-se a soma;

$\Sigma Y^2$  : elevam-se ao quadrado cada valor de *Y* e, depois, efetua-se a soma.

Segundo os autores Colauto *et al.* (2009, p. 160)

A correlação *Pearson* possibilita a constatação de uma possível correlação linear entre as variáveis supracitadas, em que (-1) é o valor mínimo, correspondente à perfeita correlação linear negativa, e (1) o valor máximo, correspondente à perfeita correlação linear positiva. Caso a correlação seja igual a zero, há a inexistência de correlação linear entre as variáveis. Valores negativos deflagram uma correlação linear inversamente proporcional e valores positivos correlações diretamente proporcionais.

De acordo com Barbetta (1994, p. 251), a Figura 1 “mostra os possíveis valores de *r* e a interpretação em termos do sentido (positivo ou negativo) e da força (fraca, moderada ou forte) da correlação”.

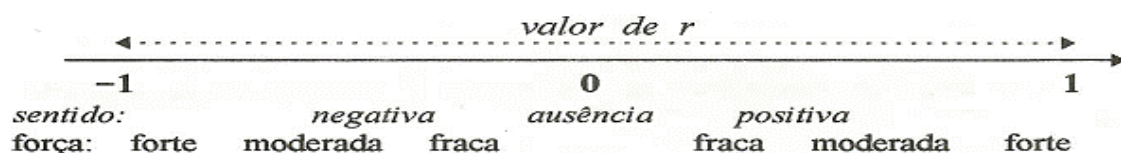


Figura 1: Sentido e força da correlação em função do valor de *r*  
 Fonte: BARBETTA, 1994, p. 251.

É importante esclarecer para os dois primeiros objetivos específicos as informações foram organizadas em planilhas do *Microsoft Excel 2003* e para o terceiro objetivo específico os dados foram desenvolvidos por meio do *software* SPSS. A seguir é apresentado o quadro referente à correlação de *Pearson*.

	2009	2010
<b>Correlação</b>		

Quadro 12: Correlação de Pearson entre Grau de Aderência e Grau de Intangibilidade  
Fonte: Dados da pesquisa.

## 4. RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados que têm por intuito atingir os objetivos específicos. Tais resultados estão conforme a ordem dos objetivos específicos estabelecidos no capítulo de introdução.

### 4.1 CHECK-LIST COM OS RESULTADOS

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p.525),

O objetivo de emprego de notas explicativas em demonstrações financeiras deve ser o fornecimento de informações que não pode ser apresentada adequadamente no corpo de uma demonstração sem reduzir a clareza da demonstração. Notas explicativas não devem ser usadas como substituto de classificação, avaliação e descrição apropriadas nas demonstrações, tampouco devem contradizer ou repetir informações já contidas nas demonstrações.

As Notas Explicativas das empresas do IBovespa nos anos de 2009 e 2010 foram analisadas e depois verificou-se que elas estavam de acordo com os itens a serem divulgados que constam no *check-list*.

Após a leitura detalhada das Notas Explicativas, o resultado encontra-se na Tabela 3. Essa tabela está simplificada, porque contém 38 itens e 60 empresas o que torna muita extensa. Para uma melhor visualização, compreensão e leitura dos resultados, a tabela está em grau decrescente.

**Tabela 3: Check-list com os resultados**

<b>Ação</b>	<b>2009</b>	<b>Ação</b>	<b>2010</b>
VIVO	18	CCR AS	21
NATURA	17	BRASIL TELEC	20
CCR S.A	16	VALE	20
HYPERMARCAS	16	AMBEV	19
BRASIL TELEC	15	PETROBRAS	19
CIELO	15	ULTRAPAR	18
PETROBRAS	15	VIVO	18
ULTRAPAR	15	BRASIL	17
USIMINAS	15	CIELO	17
BRASIL	14	EMBRAER	17
BRASKEM	14	HYPERMARCAS	17
COPEL	14	NATURA	17



EMBRAER	14	TELEMAR N L	17
TELEMAR	14	TIM PARTIC S/A	17
BRADESCO	13	USIMINAS	17
MRV	13	BRADESCO	16
BRF FOODS	12	GERDAU	16
LOJAS AMERIC	12	ITAUSA	16
TAM S/A	12	LOJAS AMERIC	16
TELEMAR N L	12	SID NACIONAL	16
CPFL ENERGIA	11	TELEMAR	16
FIBRIA	11	FIBRIA	15
JBS	11	GERDAU MET	15
LIGHT S/A	11	JBS	15
P. AÇUCAR – CDB	11	MRV	15
TELESP	11	P. AÇUCAR – CDB	15
TIM PARTIC S/A	11	TELESP	15
ALL AMERIC LAT	10	BMFBOVESPA	14
B2W VAREJO	10	CYRELA REALT	14
CEMIG	10	DURATEX	13
ECODIESEL	10	LIGHT S/A	13
LLX LOG	10	LOJAS RENNER	13
MARFRIG	10	MMX MINER	13
OGX PETROLEO	10	OGX PETROLEO	13
SID NACIONAL	10	BRASKEM	12
AMBEV	9	B2W VAREJO	12
BMFBOVESPA	9	CEMIG	12
CYRELA REALT	9	COPEL	12
GAFISA	9	ELETROBRAS	12
ITAUUNIBANCO	9	GOL	12
MMX MINER	9	TAM S/A	12
PDG REALT	9	CPFL ENERGIA	11
SANTANDER BR	9	SABESP	11
BRADESPAR	8	SANTANDER BR	11
BROOKFIELD	8	SOUZA CRUZ	11
DURATEX	8	ALL AMERIC LAT	10
GOL	8	BRF FOODS	10
REDECARD	8	BROOKFIELD	10
ELETROPAULO	7	ELETROPAULO	10
SOUZA CRUZ	7	ITAUUNIBANCO	10
ITAUSA	6	MARFRIG	10
TRAN PAULIST	6	REDECARD	10
ELETROBRAS	5	GAFISA	9
LOJAS RENNER	5	LLX LOG	9
SABESP	5	PDG REALT	9
VALE	5	ECODIESEL	8
GERDAU	4	ROSSI RESID	8
GERDAU MET	4	BRADESPAR	7

ROSSI RESID	3	KLABIN S/A	6
KLABIN S/A	0	TRAN PAULIST	6
<b>TOTAL</b>	<b>612</b>	<b>TOTAL</b>	<b>810</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da Tabela 3, concluí-se que as empresas não estão em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), ou seja, nenhuma empresa atendeu aos 38 itens que constam no *check-list* (Quadro 8 e Quadro 9).

Observa-se que, para o ano de 2009, a empresa VIVO foi a empresa que mais evidenciou (18 itens). Já no ano de 2010, a empresa CCR S.A. se destacou, pois evidenciou 21 itens. A empresa KLABIN S/A, em 2009, não divulgou informações em suas Notas Explicativas sobre Ativo Intangível, mas no seu Balanço Patrimonial a empresa possuía saldo na conta Intangível como mostra a Figura 2. Em 2010, as empresas KLABIN S.A. e TRANS PAULIST foram as empresas que menos divulgaram informações sobre Ativos Intangíveis.

01265-3 KLABIN S.A. DFP 31/12/2009 I

Grupo 07 - Balanço Patrimonial Consolidado - 01 - Ativo

| 01 - Ativo | 02 - Passivo |



(Reais Mil)

1.02.01.03.04	Despesas antecipadas	4.658	5.105
1.02.01.03.05	Demais contas a receber	106.735	98.798
1.02.02	Ativo Permanente	4.144.052	4.355.384
1.02.02.01	Investimentos	11.552	8.700
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	10
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	11.552	8.690
1.02.02.02	Imobilizado	4.077.402	4.299.443
1.02.02.03	Intangível	55.098	47.241
1.02.02.04	Utilizado	0	0

Figura 2: Balanço Patrimonial da empresa Klabin S.A. referente ao exercício de 31/12/2009

Fonte: BM&FBovespa.

A partir dos resultados obtidos, achou-se necessário um tratamento estatístico que é apresentado na Tabela 4.

**Tabela 4: Estatística descritiva do check-list com os resultados**

Ano	Média	Moda	Mínimo	Máximo
2009	10,2	10	0	18
2010	13,50	17	6	21

Fonte: Dados da pesquisa.

Para o autor Carvalho (2006, p. 138), “a moda é aquele elemento que mais vezes aparece no conjunto, ou seja, o elemento de maior frequência”. Portanto, no ano de 2009 a frequência de divulgação pelas empresas foi de 10 itens e enquanto no ano de 2010 foi de 17 itens.

De acordo com Barbetta (1994, p. 95), “o conceito de média aritmética, ou simplesmente média, é bastante familiar. Matematicamente, podemos defini-la como a soma dos valores, dividida pelo número de valores observados”. No ano de 2009 a média de divulgação pelas empresas foi de 10 itens e em 2010, a média de divulgação teve um pequeno aumento passando para 13 itens.

Os autores Meneses, Ponte e Mapurunga (2011), mencionam que itens importantes de evidenciação já são frequentemente referenciados pelas companhias, como a divulgação de informações sobre as classes dos ativos intangíveis, o seu valor contábil e o seu valor amortizado, os métodos e a vida útil ou taxas de amortização dos ativos intangíveis. A partir disso, nota-se que do ano de 2009 para 2010 teve um acréscimo de 32,35% de itens divulgados pelas empresas, sendo que 2010 as empresas começaram a divulgar mais os itens importantes sobre Ativos Intangíveis para atender aos órgãos reguladores ou mostrar maior transparência para seus usuários.

## 4.2 GRAU DE ADERÊNCIA

Após, obter os resultados do *check-list* consegue-se satisfazer o primeiro objetivo específico que é calcular o Grau de Aderência. Este índice representa o percentual de quanto às empresas estão divulgando informações sobre Ativos Intangíveis nas Notas Explicativas.

Para os autores Hendriksen e Van Breda (1999, p. 515)

A quantidade de informação a ser divulgada depende, em parte, da sofisticação do leitor que a recebe. O Fasb, por exemplo, adota a posição de que a informação divulgada em relatórios financeiros deve ser

compreensível para os que possuem um conhecimento razoável de negócios e atividades econômicas e estão dispostos a estudar a informação com diligência razoável.

O nível de divulgação também depende do padrão considerado mais desejável. Três conceitos de divulgação são geralmente propostos: divulgação adequada, justa e completa.

Na Tabela 5, é apresentado o Grau de Aderência dos dois anos investigados.

**Tabela 5: Grau de Aderência referente aos anos 2009 e 2010**

<b>Ação</b>	<b>2009</b>	<b>Ação</b>	<b>2010</b>
VIVO	47,37%	CCR AS	55,26%
NATURA	44,74%	BRASIL TELEC	52,63%
CCR S.A	42,11%	VALE	52,63%
HYPERMARCAS	42,11%	AMBEV	50%
BRASIL TELEC	39,47%	PETROBRAS	50%
CIELO	39,47%	ULTRAPAR	47,37%
PETROBRAS	39,47%	VIVO	47,37%
ULTRAPAR	39,47%	BRASIL	44,73%
USIMINAS	39,47%	CIELO	44,73%
BRASIL	36,84%	EMBRAER	44,73%
BRASKEM	36,84%	HYPERMARCAS	44,73%
COPEL	36,84%	NATURA	44,73%
EMBRAER	36,84%	TELEMAR N L	44,73%
TELEMAR	36,84%	TIM PARTIC S/A	44,73%
BRADESCO	34,21%	USIMINAS	44,73%
MRV	34,21%	BRADESCO	42,10%
BRF FOODS	31,58%	GERDAU	42,10%
LOJAS AMERIC	31,58%	ITAUSA	42,10%
TAM S/A	31,58%	LOJAS AMERIC	42,10%
TELEMAR N L	31,58%	SID NACIONAL	42,10%
CPFL ENERGIA	28,95%	TELEMAR	42,10%
FIBRIA	28,95%	FIBRIA	39,47%
JBS	28,95%	GERDAU MET	39,47%
LIGHT S/A	28,95%	JBS	39,47%
P. AÇUCAR – CDB	28,95%	MRV	39,47%
TELESP	28,95%	P. AÇUCAR – CDB	39,47%
TIM PARTIC S/A	28,95%	TELESP	39,47%
ALL AMERIC LAT	26,31%	BMFBOVESPA	36,84%
B2W VAREJO	26,31%	CYRELA REALT	36,84%
CEMIG	26,31%	DURATEX	34,21%
ECODIESEL	26,31%	LIGHT S/A	34,21%
LLX LOG	26,31%	LOJAS RENNER	34,21%
MARFRIG	26,31%	MMX MINER	34,21%
OGX PETROLEO	26,31%	OGX PETROLEO	34,21%
SID NACIONAL	26,31%	BRASKEM	31,58%

AMBEV	23,68%	B2W VAREJO	31,58%
BMFBOVESPA	23,68%	CEMIG	31,58%
CYRELA REALT	23,68%	COPEL	31,58%
GAFISA	23,68%	ELETROBRAS	31,58%
ITAUUNIBANCO	23,68%	GOL	31,58%
MMX MINER	23,68%	TAM S/A	31,58%
PDG REALT	23,68%	CPFL ENERGIA	28,95%
SANTANDER BR	23,68%	SABESP	28,95%
BRADESPAR	21,05%	SANTANDER BR	28,95%
BROOKFIELD	21,05%	SOUZA CRUZ	28,95%
DURATEX	21,05%	ALL AMERIC LAT	26,31%
GOL	21,05%	BRF FOODS	26,31%
REDECARD	21,05%	BROOKFIELD	26,31%
ELETROPAULO	18,42%	ELETROPAULO	26,31%
SOUZA CRUZ	18,42%	ITAUUNIBANCO	26,31%
ITAUSA	15,79%	MARFRIG	26,31%
TRAN PAULIST	15,79%	REDECARD	26,31%
ELETROBRAS	13,16%	GAFISA	23,68%
LOJAS RENNEN	13,16%	LLX LOG	23,68%
SABESP	13,16%	PDG REALT	23,68%
VALE	13,16%	ECODIESEL	21,05%
GERDAU	10,53%	ROSSI RESID	21,05%
GERDAU MET	10,53%	BRADESPAR	18,42%
ROSSI RESID	7,89%	KLABIN S/A	15,79%
KLABIN S/A	0	TRAN PAULIST	15,79%
<b>TOTAL</b>	<b>612</b>	<b>TOTAL</b>	<b>810</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Pegamos como exemplo a empresa AMBEV para mostrar como foi feito o cálculo Grau de Aderência nos dois anos investigados. Assume-se a mesma forma para todas as outras empresas que compõem a amostra.

**Tabela 6: Detalhes de cálculo do GA na empresa AMBEV**

	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Resultado do <i>check-list</i> (RC)</b>	9	19
<b>Total de itens no <i>check-list</i> (Total itens)</b>	38	38
<b>Grau de Aderência (RC/Total itens)</b>	<b>23,68%</b>	<b>50%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando a Tabela 5, percebe-se que a empresa VIVO lidera com o maior Grau de Aderência no ano de 2009, com 47,37%. Logo depois vêm as empresas NATURA 44,74% e em seguida, as companhias CCR S.A. e HYPERMARCAS com 42,11%. Os três maiores

Grau de Aderência no ano de 2010 foram as empresas CCR S.A. com 55,26%, em seguida as empresas BRASIL TELEC e VALE (52,63%) e em terceiro lugar as empresas AMBEV e PETROBRAS ambas com 50%. Analisando os resultados dos dois anos, conclui-se que as empresas estão bastante distantes de 100%.

O fato de nenhuma empresa ter divulgado 100%, pode ocorrer que a não divulgação de alguns itens signifique que o evento efetivamente não tenha ocorrido. Uma sugestão para as empresas é informar isso nas notas explicativas, já que ajudaria a percepção dos leitores sobre as empresas.

Os autores Hendriksen e Breda (1999, p. 525), listam algumas desvantagens das Notas Explicativas, que nesta análise também foi percebida. Segundo estes autores as desvantagens são as seguintes:

- i) Tendem a ser de difícil leitura e entendimento sem estudo considerável e, portanto, podem vir a ser ignoradas.
- ii) As descrições textuais são mais difíceis em termos de utilização para a tomada de decisão do que resumos de dados quantitativos nas demonstrações.
- iii) Por causa da crescente complexidade das empresas, há o risco de abuso das notas explicativas, em lugar do desenvolvimento apropriado de princípios visando à incorporação de novas relações e novos eventos nas demonstrações propriamente ditas.

Na Tabela 7, obtém-se o resultado total dos itens que contempla o *check-list*.

**Tabela 7: Total por itens**

Itens	2009	2010	Itens	2009	2010	Itens	2009	2010
1	11	30	14	3	3	27	1	0
2	56	59	15	2	4	28	1	2
3	17	30	16	45	49	29	3	7
4	31	33	17	5	12	30	0	2
5	30	44	18	23	32	31	2	4
6	37	33	19	49	51	32	22	31
7	4	15	20	24	22	33	10	11
8	4	15	21	3	4	34	1	0
9	5	10	22	1	3	35	5	6
10	4	18	23	0	4	36	56	60
11	25	39	24	0	4	37	56	60
12	17	37	25	1	8	38	55	60
13	2	3	26	1	5			

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que os itens mais divulgados pelas empresas foram o teste da perda de valor dos Ativos Intangíveis, sempre que existam indícios de que o ativo intangível pode ter perdido valor e anualmente que apareceu em 56 empresas no ano de 2009 e todas empresas no ano de 2010.

Estes itens foram mais evidenciados porque, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) as empresas devem fazer o teste nas contas que compõe o Ativo Intangível, com vida útil indefinida, ou ainda não disponível para uso, e no ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*), pelo menos uma vez ao ano.

Algumas empresas tiveram ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) adquirido em combinação de negócios. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) este tipo de tratamento contábil não se aplica neste caso.

Entretanto, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) menciona sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura adquirido em combinação de negócios que é um ativo que representa benefícios econômicos futuros advindos de outros ativos adquiridos na combinação de negócios que não são identificados individualmente e não são reconhecidos separadamente.

No entanto, o fato mais importante que explica o porquê desta representatividade se deve por causa da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) através da Deliberação nº 527 que tornou obrigatório para todas as companhias abertas a realização do teste a partir de exercícios findos em 31 de dezembro de 2008.

### **4.3 GRAU DE INTANGIBILIDADE**

Para satisfazer o segundo objetivo específico, primeiro, foi calculado o Grau de Intangibilidade das empresas que compõem a carteira Índice Bovespa, os dados foram extraídos do *software* Economática ®.

Como já foi dito anteriormente no capítulo Intangibilidade, o Grau de Intangibilidade é obtido pelo quociente entre o Valor de Mercado Total das Ações e o Patrimônio Líquido. Portanto, o grau demonstra quantas vezes o VMA é superior ao Patrimônio Líquido.

Após a obtenção do VMA e o PLC das empresas, inseriu-se na fórmula do GI e obtiveram-se os resultados conforme constam nas Tabelas 8 e 9. As duas tabelas a seguir

estão classificadas em ordem decrescente para facilitar a visualização, compreensão e leitura dos resultados.

**Tabela 8: Resultados do Grau de Intangibilidade referente ao ano de 2009**

<b>Ação</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Grau de Intangibilidade</b>
Lojas Americ	10.527.179	380.116	27,69465
Redecard	19.512.128	719.088	27,13455
Cielo	20.866.266	860.429	24,251
B2W Varejo	5.267.273	246.968	21,32776
Natura	15.623.249	1.139.821	13,70676
Souza Cruz	17.656.654	1.895.394	9,315559
Sid Nacional	40.823.160	5.510.433	7,40834
Llx Log	7.001.812	995.128	7,036092
Lojas Renner	4.789.177	777.640	6,158604
CCR SA	17.607.318	2.877.990	6,117922
OGX Petroleo	55.267.270	9.186.290	6,016278
Ambev	98.213.284	22.017.450	4,460702
All Amer Lat	13.244.744	3.816.229	3,470637
Tam S/A	5.549.257	1.634.453	3,395177
CPFL Energia	16.945.657	5.082.942	3,333829
Duratex	7.417.980	2.371.934	3,127397
ItauUnibanco	154.410.754	50.683.423	3,046573
MRV	6.787.740	2.392.920	2,836593
Hypermarcas	9.624.020	3.437.310	2,79987
Itausa	54.569.188	19.785.992	2,757971
Bradespar	13.651.193	5.047.988	2,704284
Cyrela Realty	10.348.482	3.852.804	2,685961
Vale	243.203.602	95.736.974	2,540331
P.Acucar-Cbd	16.546.420	6.559.460	2,522528
Bradesco	103.287.044	41.753.751	2,473719
Gol	6.906.636	2.840.405	2,431567
PDG Realt	6.764.383	2.940.820	2,300169
Ultrapar	10.730.815	4.829.274	2,222035
Petrobras	347.084.650	159.464.599	2,176562
Vivo	21.599.693	10.190.824	2,119524
Brasil	76.290.691	36.119.265	2,112188
Telesp	20.878.479	10.057.415	2,075929
Gerdau	37.941.907	18.507.473	2,050086
Gafisa	4.709.782	2.325.634	2,02516
Klabin S/A	4.814.798	2.387.018	2,017077
Tran Paulista	7.938.700	4.185.346	1,896785
Telemar	15.161.181	7.994.465	1,89646
Ecodiesel	790.520	419.778	1,883186
Fibria	18.291.579	10.015.103	1,826399



Rossi Resid	4.051.772	2.283.413	1,774437
Tim Part S/A	14.387.624	8.322.715	1,728718
Eletropaulo	5.672.276	3.281.274	1,728681
Cemig	17.643.262	10.275.505	1,717021
Telemar N L	15.877.380	9.428.613	1,683957
Gerdau Met	13.515.206	8.394.039	1,610096
Marfrig	6.623.406	4.184.285	1,582924
Usiminas	24.553.501	15.814.123	1,552631
BRF Foods	19.736.428	13.134.650	1,502623
Braskem	6.999.047	4.741.924	1,475993
Santander BR	92.046.540	64.492.693	1,42724
Brookfield	3.382.668	2.417.256	1,399383
Embraer	6.882.055	5.020.805	1,370707
JBS	21.654.846	16.728.086	1,29452
BMF Bovespa	24.558.387	19.709.749	1,246002
Brasil Telec	12.067.799	11.094.901	1,087689
Light S/A	5.291.481	5.186.043	1,020331
Cesp	7.390.024	8.522.626	0,867106
Sabesp	7.833.002	10.527.637	0,744042
Eletrobras	40.100.342	76.091.785	0,527
MMX Miner	3.768.269	(279.883)	(13,4637)

Fonte: Dados da pesquisa.

**Tabela 9: Resultados do Grau de Intangibilidade referente ao ano de 2010**

<b>Ação</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Grau de Intangibilidade</b>
Lojas Americ	10.387.603	452.672	22,94731
Natura	20.548.667	1.257.501	16,34088
Cielo	18.295.847	1.179.781	15,50783
B2W Varejo	3.473.911	225.945	15,37503
Souza Cruz	27.631.319	2.095.542	13,18576
Redecard	14.161.619	1.400.565	10,11136
OGX Petroleo	64.663.232	9.215.145	7,017061
Lojas Renner	6.900.484	1.021.308	6,756516
CCR SA	20.701.510	3.108.718	6,659179
Ambev	144.362.370	24.361.863	5,925752
Sid Nacional	38.884.063	7.632.760	5,094365
Llx Log	3.279.002	911.513	3,597318
CPFL Energia	19.822.850	6.493.708	3,052624
Vivo	28.724.083	10.140.252	2,832679
Ultrapar	14.078.250	5.153.330	2,731874
All Amer Lat	10.328.268	3.808.632	2,711805
MRV	7.530.810	2.874.853	2,619546
P.Acucar-Cbd	17.847.591	7.098.589	2,514245
Tam S/A	5.995.996	2.421.913	2,475727
Vale	275.006.441	112.118.004	2,45283

Hypermarcas	12.342.970	5.059.091	2,43976
ItauUnibanco	159.666.025	66.265.000	2,409508
Duratex	8.172.412	3.451.866	2,367535
Gol	6.774.063	2.929.169	2,312623
Itausa	59.509.616	26.302.000	2,262551
Bradespar	15.224.510	6.778.074	2,246141
Bradesco	109.759.327	51.051.234	2,149984
Cyrela Realty	9.242.506	4.326.480	2,136265
MMX Miner	5.311.487	2.522.945	2,105273
Tran Paulista	8.748.944	4.563.835	1,917016
PDG Realt	11.239.419	5.887.667	1,908977
Telesp	20.598.195	11.667.114	1,765492
BRF Foods	23.832.061	13.628.967	1,748633
Embraer	8.539.247	5.046.136	1,692235
Brasil	89.883.807	54.317.162	1,654796
Gerdau	31.141.151	19.470.442	1,599406
Ecodiesel	1.084.190	686.473	1,579363
Rossi Resid	3.934.319	2.522.358	1,559778
Braskem	15.132.983	10.390.207	1,456466
Cemig	16.441.843	11.476.133	1,432699
Tim Part S/A	14.737.566	10.300.809	1,430719
Eletropaulo	5.233.545	3.737.357	1,400333
Gafisa	5.188.217	3.722.235	1,393845
Brookfield	3.755.785	2.701.894	1,390056
BMF Bovespa	25.996.365	19.402.765	1,339828
Gerdau Met	10.451.782	7.829.717	1,334886
Petrobras	380.246.723	306.765.182	1,239537
Santander BR	86.460.469	73.355.318	1,178653
Usiminas	20.015.651	17.432.599	1,148174
Klabin S/A	5.320.236	4.994.085	1,065307
JBS	17.872.790	17.594.371	1,015824
Sabesp	9.703.535	9.681.800	1,002245
Telemar	10.316.500	11.179.136	0,922835
Light S/A	2.887.054	3.330.144	0,866946
Telemar N L	12.380.586	14.690.189	0,842779
Marfrig	5.337.609	6.353.288	0,840133
Fibria	12.377.426	15.381.413	0,8047
Cesp	8.262.279	10.474.951	0,788765
Brasil Telec	7.756.901	11.336.488	0,684242
Eletrobras	26.211.138	70.304.115	0,372825

Fonte: Dados da pesquisa.

Das empresas da amostra, a LOJAS AMERIC se destacou nos dois anos, pois apresentou o maior Grau de Intangibilidade. Verificou-se que em 2009, o GI desta empresa é superior em mais de 27 vezes o valor do Patrimônio Líquido. Já em 2008, esse valor

representa mais de 22 vezes o PL. Portanto, isso significa que há muita participação relativa de Ativos Intangíveis na estrutura da empresa.

Em 2009, percebe-se que MMX MINER apresentou o menor GI da amostra e o seu resultado foi negativo. Isto ocorreu, porque o PL dessa companhia encontra-se negativo devido ao Prejuízo Acumulado de (1.070.996). Em 2010, a companhia ELETOBRA foi a que menor apresentou. Portanto, a demanda por recursos Intangíveis não é tão importante para essas companhias.

A Tabela 10 demonstra as medidas descritivas do Grau de Intangibilidade nos anos de 2009 e 2010.

**Tabela 10: Medidas descritivas do Grau de Intangibilidade**

Ano	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
2009	4,02056	2,11586	6,482302448	(13,46373)	27,69465
2010	3,49528	1,91300	4,482213137	0,37283	22,94731

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando a Tabela 10, percebe-se que o valor médio do GI das empresas do Índice Bovespa no ano de 2009 para 2010 teve um decréscimo, registrando 4,02056 passou para 3,49528. Esse decréscimo ocorreu por causa do valor do Patrimônio Líquido de algumas empresas terem aumentado e também pela diminuição do valor de mercado.

Como o valor de mercado das ações está sujeito a flutuações significativas, dentre os fatores que podem afetar o valor de mercado das ações estão: mudanças nas estimativas financeiras de analistas; mudanças presentes ou futuras na economia brasileira; acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo nos Estados Unidos da América e em países de economia emergente, podem prejudicar o preço; crises econômicas globais e outros fatores.

De acordo com Barbetta (1994, p. 105), “a mediana procura avaliar o centro de um conjunto de valores, no sentido de ser o valor que divide a distribuição ao meio”. Neste estudo, a mediana informa que as empresas de 2009 possuem um GI de 2,11586 e em 2010 é de 1,91300, e o cálculo da mediana nos dois anos mostra que 50% das empresas possuem um GI inferior ao da mediana, enquanto que os outros 50%, superior. O resultado indica uma média superior a mediana; logo, a distribuição do GI é assimétrica e que há valores extremos que estão afetando as médias.

Segundo Carvalho (2006), o desvio padrão é uma medida de dispersão que, toma como valor de referencia a média do conjunto. Segundo os autores Colauto, *et al* (2009, p. 161), quando o resultado do desvio padrão for superior à média, “indica a existência de variabilidade nos dados, ou seja, heterogeneidade da amostra, provavelmente, devido à presença de valores discrepantes, cuja presença aumenta a variabilidade dos dados e pode afetar as médias”. Verificou-se que de 2009 para 2010 o resultado obtido no desvio padrão diminui, com isso, conclui-se que os valores observados tende a ficarem mais próximos da média.

Cumpra-se destacar que o valor do GI é influenciado diretamente pela variável Valor de Mercado e este é muito volátil às oscilações do mercado acionário.

#### 4.4 MEDIDAS DE CORRELAÇÃO

Após obter os resultados do Grau de Aderência e do GI, achou-se necessário a utilização de um método estatístico entre as variáveis, pois somente pelas tabelas não foi possível descobrir alguma relação. E o método utilizado para medir esta relação é o coeficiente de correlação linear de *Pearson*.

**Tabela 11: Correlação entre GA e o GI**

	2009	2010
Correlação <i>Pearson</i>	0,097	0,062
Sig. (2 tailed)	0,460	0,640
Correlação <i>Spearman</i>	0,039	0,035
Sig. (2 tailed)	0,765	0,792

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio da Tabela 11, observa-se que o resultado da Correlação de *Pearson* para os dois anos praticamente não existe relação entre o Grau de Aderência e Grau de Intangibilidade, ou seja, caso uma variável venha a aumentar não quer dizer que a outra variável venha aumentar também. Além disso, observa-se que os dois anos tiveram uma correlação positiva fraca, dos quais estes valores são aceitos em níveis de significância relativamente baixos.

O porquê da não relação entre as variáveis, possivelmente deve-se por causa dos valores atípicos que contém no GA e GI, assim afetando o resultado da correlação. Como o

resultado da correlação de *Pearson* tem pouca capacidade informativa achou-se necessário aplicar a correlação não paramétrica *Spearman*.

Para Colauto *et al.* (2009), a correlação de *Spearman* capta uma possível correlação não paramétrica, elimina dados *outliers* e mede os níveis de correspondência entre os postos (*ranks*).

Segundo os autores Levin e Fox (2004), a correlação de *Spearman* é calculada pela seguinte fórmula:

$$r_s = 1 - \frac{6 \sum D^2}{N(N^2 - 1)}$$

onde,  $r_s$  = coeficiente de correlação de postos

D = diferença de postos entre as variáveis X e Y

N = número total de casos.

Os valores de  $r_s$  variam entre (-1) e (1), nos casos de haverem, respectivamente, correlação não paramétrica negativa perfeita e correlação não paramétrica positiva perfeita.

A correlação positiva significa uma associação positiva entre as variáveis, ou seja, quando uma variável cresce, a tendência é a outra também crescer e quando a correlação é negativa, vice-versa.

Como foi dito anteriormente optou-se calcular os coeficientes de correlação de *Spearman*, conforme demonstrado na Tabela 11, porque ele permite a utilização de postos (*ranks*) no lugar dos valores originais, excluindo a influência de valores extremos.

Os resultados demonstram que não existe uma correlação expressiva e os níveis de significância são altos. Observando as duas correlações, os resultados evidenciam que não há uma correlação expressiva, seja pelo método de *Pearson* ou pelo *Spearman*, entre o GA e o Grau de Intangibilidade.

A correlação de *Pearson* e a correlação não paramétrica *Spearman* entre o Grau de Aderência e o Grau de Intangibilidade dos dois anos, foram desenvolvidas, por meio do *software* SPSS.

No estudo realizado pelos autores Colauto *et al.* (2009), os resultados demonstram que também não existe uma correlação substancial, seja paramétrica ou não paramétrica, entre o GI e as características evidenciadas no Relatório de Administração. Portanto, a divergência do estudo em questão é que a evidenciação foi pesquisada no Relatório da

Administração. Outra diferença é que as correlações foram realizadas nas empresas que compõem o Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2.

Em relação à divulgação de Ativos Intangíveis, a pesquisa feita por Meneses, Ponte e Mapurunga (2011), o resultado obtido foi que as empresas não estão divulgando suas informações de acordo com o que o Pronunciamento Técnico estabelece, ou seja, o mesmo resultado obtido neste estudo. Porém, a divergência dos estudos é que aquela pesquisa a amostra é composta por 125 empresas, verificou-se no Pronunciamento Técnico CPC 04 e o *check-list* continha 18 exigências.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a promulgação da Lei nº 11.638/2007, houve algumas mudanças nas práticas contábeis no Brasil e uma delas foi a criação de um novo subgrupo de contas, Intangível, para fins de apresentação no Balanço Patrimonial.

O autor Crisóstomo (2009, p. 66), cita no seu artigo que “apesar dos avanços recentes obtidos com a promulgação da Lei 11.638/2007, só com a publicação do Pronunciamento Técnico CPC 04/2008 é que se obteve melhor formalização do tratamento de ativos intangíveis”.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis revisou o CPC 04 para que este esteja totalmente convergente às normas internacionais emitidas pelo IASB. A partir dessa revisão foi emitido em 2010 o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1).

O estudo teve como objetivo central confrontar o Grau de Aderência ao CPC 04 (R1) das empresas que compõem o Índice Bovespa com o seu respectivo Grau de Intangibilidade.

A partir do objetivo específico e o problema, foi descrito o Referencial Teórico, baseando-se nos sete artigos selecionados nos treze periódicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação recomendados pela Capes em Ciências Contábeis em Nível de Mestrado ou Doutorado.

Realizou-se uma pesquisa descritiva conduzida por meio de análise documental, com consulta em Notas Explicativas disponíveis no site da BMF&Bovespa nos anos de 2009 e 2010. A amostra compreendeu as empresas que compõem a carteira do Índice Bovespa da BM&FBovespa, classificadas em ordem alfabética. As empresas Cosan S.A. Indústria e Comércio, Portx Operações Portuárias S.A. e CESP - Companhia Energética de São Paulo foram excluída na amostra, totalizando 60 empresas.

Primeiro, foi elaborado um *check-list* com 38 itens e os dados foram coletados nas Notas Explicativas das empresas investigadas nos anos de 2009 e 2010.

Após o resultado do *check-list* foi possível constatar que as empresas não estão em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), ou seja, nenhuma empresa atendeu aos 38 itens. As empresas que mais divulgaram foram a VIVO (2009) e a CCR S.A. (2010). Percebeu-se que do ano de 2009 para 2010 as empresas passaram a divulgar mais informações sobre Ativos Intangíveis nas suas Notas Explicativas.

Na sequência, calculou-se o Grau de Aderência para avaliar o percentual de divulgação sobre Intangíveis. O maior índice em 2009 foi a VIVO com 47,37% e no ano de 2010 foi a empresa CCR S.A com 55,26%, percebe-se que as empresas estão bastante distantes de 100%.

Observou-se que os itens mais evidenciados pelas empresas foram o teste da perda de valor dos ativos intangíveis, comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil e anualmente, por causa da obrigatoriedade a partir de exercícios findos em 31 de dezembro de 2008.

Em seguida, calculou-se o Grau de Intangibilidade elaborado de acordo com o estudo de Kayo (2002) para avaliar a participação relativa de ativos intangíveis na estrutura da empresa e observou-se que, a LOJAS AMERIC se destacou nos dois anos, pois apresentou o maior Grau de Intangibilidade. Enquanto isso, MMX MINER em 2009 apresentou um GI negativo devido ao seu PL encontrar-se negativo por causa do Prejuízo Acumulado. E no ano de 2010, foi a ELETOBRAS que teve o menor índice.

Por fim, utilizou-se na análise estatística o coeficiente de correlação de *Pearson* e os resultados demonstram que nos anos de 2009 e 2010 não existe correlação entre o Grau de Aderência e Grau de Intangibilidade. Após os valores obtidos achou-se necessário calcular a correlação *Spearman* e está correlação é a versão não-paramétrica da *Pearson*. O resultado obtido que não há uma correlação não paramétrica expressiva.

Em linhas gerais, as respostas evidenciam que as empresas não estão em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), porém entre os anos teve um acréscimo 32,35% de divulgação. Como ocorreu este acréscimo entre os anos, acredita-se que as empresas estão se adequando ao cumprimento deste pronunciamento. Em virtude do CPC 04 (R1) ser recente, uma vez que foi aprovado em 2010, explica o porquê do não cumprimento.

Pode ocorrer que o não cumprimento integral dos itens signifique que o evento efetivamente não tenha ocorrido. Uma sugestão para as empresas é informar isto nas Notas Explicativas, já que elas omitem informações relevantes, prejudicando os usuários.

Como limitações da presente pesquisa apontam-se: (i) como não há uma padronização nas Notas Explicativa teve-se dificuldades na coleta de dados; (ii) existe pouca pesquisa sobre o Grau de Intangibilidade; e (iii) realização do estudo somente com



60 empresas listadas no Índice Bovespa. Para tanto, torna-se imprescindível que a pesquisa aqui empreendida possa, no futuro, sofrer desdobramentos.

Sugerem-se como futuros trabalhos acompanhar o Grau de Aderência das informações divulgadas sobre Ativos Intangíveis, completando dados do ano de 2011 e expandindo o tamanho da amostra.

## REFÊRENCIAS

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: UFSC, 1994.

BM&FBOVESPA. **Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo**. Disponível em: <[HTTP://www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)> Acessado em: abr./2011.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei nº 6.404 (compilada), de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404compilada.htm)>. Acesso em: abr./2011.

\_\_\_\_\_. **Leis e Decretos**. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm). Acesso em: abr./2011.

\_\_\_\_\_. **Leis e Decretos**. Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6385.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6385.htm) Acessado em: maio/2011.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 449**, de 3 de dezembro de 2008. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/mpv/449.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/mpv/449.htm) Acesso em: maio/2011.

CANNING. John B. **The economics of accountancy**. New York: Ronald Press. 1929.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: Mcgraw-Hill do Brasil, 1977.

CARVALHO, Sérgio. **Estatística Básica**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

COLAUTO, Romualdo Douglas; NASCIMENTO, Paulo Savaget; AVELINO, Bruno Camargos; BISPO, Oscar Neto Almeida. Evidenciação de Ativos Intangíveis não Adquiridos nos Relatórios da Administração das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 1, p.142-169, jan./mar., 2009.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação CVM nº 488**, de 03 de outubro de 2005 - Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 27 sobre Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?Tipo=D&File=/deli/deli488.htm> Acesso em: abr./2011.

\_\_\_\_\_. **Deliberação CVM nº 496**, de 03 de janeiro de 2006 - Prorroga a entrada em vigor da Deliberação CVM nº 488, de 3 de outubro de 2005, que aprovou o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 27 sobre Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?Tipo=D&File=/deli/deli496.htm> Acesso em: abr./2011.

\_\_\_\_\_. **Deliberação CVM nº 644**, de 02 de dezembro de 2010 - Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC sobre ativo intangível. Disponível em: <http://www.cnb.org.br/CNBV/deliberacoes/dlb643-2010.htm> Acesso em: abr./2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Conceitual Básico**: estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. 2008. Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento\\_conceitual.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf)>. Acesso em: maio/2011.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de ativos emitida em 2010**. <http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=15>. Acesso em: abr./2011.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativos Intangíveis emitida em 2010**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=18>. Acesso em: abr./2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Pronunciamentos Técnicos Contábeis 2009**. Brasília: CFC, 2010.

COSTA, Jorge Andrade; YAMAMOTO, Marina Mitivo; THEÓPHILO, Carlos Renato. **A aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade**. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 11., 2011, São Paulo. Anais do XI Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, 2011.

CRISÓSTOMO, Vicente L. Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 1, p. 50-68, jan/abr. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. - São Paulo: Atlas, 1999.

IASB - International Accounting Standards Board. **Normas Internacionais de Contabilidade**. São Paulo: IBRACON, 2001.

IBRACON – INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. **Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS)**: incluindo as normas internacionais de contabilidade (IASs) e as interpretações tal como aprovadas em 1º de janeiro de 2009, volumes 1 e 2. São Paulo: Ibracon, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAM, Vernon. **Accounting theory**. 2. Ed. Nova Iorque: Wiley, 1990.

KAYO, Eduardo Kazuo. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas**: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas. Tese (Doutorado em Administração) – FEA/USP, 2002.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan. **Estatística para Ciências Humanas**. Tradução Alfredo Alves de Farias; revisão técnica Ana Maria Lima de Farias - São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MACHADO, Júlio Henrique; FAMÁ, Rubens. **Ativos Intangíveis e Governança Corporativa no Mercado de Capitais Brasileiro**. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 11., 2011, São Paulo. Anais do XI Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, 2011.

MENESES, Analise Florêncio de; PONTE, Vera Maria R; MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha. **DISCLOSURE DE ATIVOS INTANGÍVEIS EM EMPRESAS BRASILEIRAS**. In: CONGRESSO ANPCONT, 5., 2011, Vitória. Anais do V Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Vitória, 2011.

MOURA, Geovanne Dias de; DALLBONA, Lara Fabiana; FANK, Odir Luiz; VARELA, Patrícia Siqueira. **BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E EVIDENCIAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ATIVOS INTANGÍVEIS**. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 11., 2011, São Paulo. Anais do XI Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. ver. Ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **Avaliação de Ativos Intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2002.  
STOLOWY, Hervé e JENY, Anne (2001). **International accounting disharmony: the case of Intangíveis**?. Accounting, Auditing and Accountability Journal. V. 14, n.. 4, 477-496.

ROCHA, Ruth. **Minidicionário**. São Paulo: Scipione, 2000.

PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMÁ, Rubens. **ATIVOS INTANGÍVEIS E O DESEMPENHO EMPRESARIAL**. **Revista de Contabilidade e Finanças**. São Paulo, n. 40, p. 7-24, jan/abr. 2006.

## APÊNDICES

APÊNDICE A – Tabela com o resultado total do *check-list* referente ao ano de 2009

AÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	TOTAL empresa		
ALL AMER LAT	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	10	
AMBEV	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	9	
BMFBOVESPA	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	9			
BRADESCO	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	13			
BRADSPAR	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	8	
BRASIL	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	14		
BRASIL TELEC	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	15	
BRASKEM	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	14		
BRF FOODS	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	1	12		
BROOKFIELD	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	8			
B2W VAREJO	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	10			
CCR SA	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	16			
CEMIG	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	10		
CIELO	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	15			
COPEL	1	1	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	14		
CPFL ENERGIA	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	11	
CYRELA REALT	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	9			
DURATEX	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	8	
ECODIESEL	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	10
ELETROBRAS	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	5	
ELETROPAULO	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	7	
EMBRAER	1	1	0	0	0	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	14			
FIBRIA	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	11	
GAFISA	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	9	
GERDAU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	4	
GERDAU MET	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	4	
GOL	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	8	
HYPERMARCAS	1	1	0	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1		16			



**APÊNDICE B – Tabela com o resultado total do *check-list* referente ao ano de 2010**

<b>AÇÃO</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>21</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>28</b>	<b>29</b>	<b>30</b>	<b>31</b>	<b>32</b>	<b>33</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>37</b>	<b>38</b>	<b>TOTAL empresa</b>		
ALL AMER LAT	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	<b>10</b>		
AMBEV	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	<b>19</b>	
BMFBOVESPA	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	<b>14</b>		
BRADESCO	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	<b>16</b>		
BRADESPAR	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	<b>7</b>		
BRASIL	1	1	0	1	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	<b>17</b>		
BRASIL TELEC	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1	<b>20</b>	
BRASKEM	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	<b>12</b>		
BRF FOODS	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	<b>10</b>		
BROOKFIELD	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	<b>10</b>		
B2W VAREJO	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	<b>12</b>		
CCR SA	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	1	0	1	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	<b>21</b>		
CEMIG	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	<b>12</b>	
CIELO	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	<b>17</b>		
COPEL	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	<b>12</b>
CPFL ENERGIA	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	<b>11</b>
CYRELA REALT	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	<b>14</b>		
DURATEX	1	1	0	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	<b>13</b>
ECODIESEL	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	<b>8</b>		
ELETROBRAS	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	<b>12</b>
ELETROPAULO	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	<b>10</b>
EMBRAER	1	1	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	<b>17</b>		
FIBRIA	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	<b>15</b>
GAFISA	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	<b>9</b>
GERDAU	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	<b>16</b>		
GERDAU MET	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	<b>15</b>		
GOL	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	<b>12</b>
HYPERMARCAS	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1		0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1	<b>17</b>





